

## Quem disse ?

«É um despudor inaudito haver pessoas muito ricas que fazem gala de não pagar impostos, e a maior parte do IRS ser pago pelos trabalhadores»

**Jorge Sampaio**

Visão, 27 de Setembro



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Polis-Setúbal

### Assinados protocolos com dez municípios

O ministro do Ambiente, José Sócrates, presidiu, ontem, em Setúbal, à assinatura dos protocolos com dez municípios seleccionados para a segunda fase do Programa Polis, um investimento global de 22 milhões de contos.

A assinatura dos protocolos do Polis para a requalificação urbana e valorização ambiental nos dez municípios – Chaves, Gondomar, Marinha Grande, Portalegre, Tomar, Silves, Torres Vedras, Valongo, Vila Franca de Xira e Setúbal –, decorreu no Fórum Municipal Luísa Tody.

A cerimónia foi antecedida da inauguração do painel electrónico de contagem decrescente do Programa Polis-Setúbal, instalado na placa central da Avenida Luísa Tody, e de uma visita à zona de intervenção – uma área total de 70 hectares, compreendida entre a Docca das Fontainhas e a praia da Albarquel.

O Polis-Setúbal contempla a construção de um parque urbano entre a cidade, o estuário do Sado e a Serra da Arrábida, a requalificação do Parque José Afonso e da Av. Luísa Tody e a criação de vias pedonais, entre o centro histórico e a zona ribeirinha.

A requalificação urbana e ambiental do Parque José Afonso, que deverá arrancar durante Novembro, prevê a criação de um espaço polivalente para feiras e espectáculos ao ar livre e a construção de um parque de estacionamento subterrâneo com capacidade para cerca de 300 veículos.

O investimento no âmbito do Polis é de 4,5 milhões de contos, mas, entretanto, a autarquia assegurou a construção de alguns equipamentos que ascendem a mais 4,5 milhões de contos, pelo que o valor global da intervenção deverá atingir nove milhões de contos.

# DUPLA AFIXAÇÃO DOS PREÇOS JÁ ENTROU EM VIGOR

A obrigatoriedade da dupla afixação dos preços em euros e escudos pelos estabelecimentos comerciais já é obrigatória desde o dia 1 de Outubro e está a ser controlada pela Inspeção-Geral da Actividade Económica (IGAE).

Trata-se de mais um importante passo para a nossa economia e para o nosso futuro colectivo, no quadro da presença de Portugal no grupo de países fundadores da moeda única europeia.



## Sociedade & País

### Segurança rodoviária Alterações ao Código da Estrada já vigoram



O novo Código da Estrada entrou em vigor na passada segunda-feira, dia 1 de Outubro, reduzindo de 0,5 para 0,2 gramas por litro de sangue a taxa máxima de alcoolémia. Apesar de vigorar, este código revisto só verá algumas das suas alterações efectivamente aplicadas dentro de meses. É o caso da medição da velocidade média entre dois pontos de um itinerário e da ligação informática entre os IPO e a DGV.

## Internacional

### Atentados Ofensiva global contra o terrorismo



«Estamos ao lado dos Estados Unidos em todas as consequências que a sua reacção vá determinar», garantiu no dia 2 o ministro da Defesa. Esta posição foi expressa por Rui Pena, no final de uma reunião do gabinete de segurança para fazer o ponto da situação face aos últimos acontecimentos, e surge na sequência das provas irrefutáveis sobre a participação de Bin Laden nos atentados recebidas no dia 2 pelo Governo português.



## Chegou o euro

Os comerciantes portugueses começaram a preparar-se lentamente para a moeda única europeia, afixando desde o início do mês os preços dos seus produtos em escudos e euros, dando cumprimento ao diploma que estipula a obrigatoriedade da dupla afixação. Este diploma, datado de Abril, estabelece a obrigatoriedade de nas lojas comerciais com mais de nove empregados ser obrigatório a afixação dos preços em escudos e em euros, assim como apresentar o valor final nas duas moedas.

Tratou-se de uma transição relativamente tranquila, fruto do excelente trabalho das vastas equipas pluridisciplinares que, de Norte a Sul, têm vindo a preparar os comerciantes para esta nova realidade.

A entrada em vigor deste diploma acabou por provocar alguns embaraços de última hora, sobretudo nos comerciantes que não se prepararam atempadamente e nalguns clientes com mais idade, o que é perfeitamente normal.

A dupla afixação de preços é, a três meses da entrada em vigor da moeda única, um excelente teste para a adaptação e a familiarização dos portugueses com o euro. Preparada cuidadosamente pela Comissão Nacional do Euro, esta longa fase de transição que esta semana começou, coincidiu também com o início da distribuição pelo Banco de Portugal das notas de euro aos bancos comerciais de todo o País, apesar de só poderem ser utilizadas a partir de Janeiro.

A Inspeção-Geral da Actividade Económica (IGAE) tem sido a entidade responsável por acompanhar e verificar no terreno a correcta aplicação por parte dos comerciantes, desta nova directiva. O resultado das inspeções, que se iniciaram no dia 1 de Outubro, tem sido francamente positivo, dado que a grande generalidade dos comerciantes já inspeccionados revelaram uma excelente capacidade de adaptação.

Recorde-se que a Comissão Nacional do Euro tem vindo a desenvolver uma campanha massiva de formação e informação quer do cidadão individualmente quer dos comerciantes na generalidade. A esta campanha têm-se associado inúmeras entidades públicas e privadas de diferentes sectores da nossa sociedade, sempre na lógica de informar e esclarecer a população para a nova realidade financeira, procurando evitar especulações e o aproveitamento dos menos informados.

É aliás neste sentido que irá surgir já na próxima semana uma campanha de sensibilização da opinião pública cuja a ideia principal é de que só muda a moeda e não os preços.

Também neste sentido o Governo decidiu congelar os transportes públicos até Março de 2002, adiando para depois do período de transição do euro – que termina a 28 de Fevereiro –, os habituais aumentos do início do ano.

Esta medida insere-se nas recomendações da Comissão Euro que, em conformidade com a Comissão Europeia e organismos congéneres de outros países, apelou à não realização de aumentos de preços, nomeadamente as actualizações anuais, enquanto estiverem em circulação as duas moedas.



## PACIFICAÇÃO INTERNA NO V CONGRESSO

«Pacificação interna e apoio maciço a Soares», titulava o «Acção Socialista» a toda a largura da sua primeira página. O título, obviamente, referia-se ao V Congresso Nacional do PS que tinha decorrido num clima de amplo consenso da família socialista e de unidade em torno do Governo PS/PSD.

Destaque nesta edição, para além de uma ampla reportagem sobre a reunião magna socialista, para um artigo de Mário Soares, intitulado «Virar de página».

«A hora presente – como tantas outras no passado – é de trabalho, muito trabalho e em muitas frentes neste longo combate em favor da transformação democrática de Portugal e de uma vida melhor e mais justa para todos», escrevia Mário Soares, num artigo em que fazia uma reflexão sobre o Congresso.

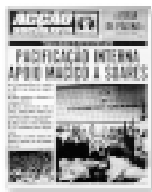
J. C. C. B.

6 de Outubro

Quem disse?

«A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia constitui um dos principais objectivos da política do Governo chefiado por Mário Soares»

Jaime Gama



## Amadora, Lisboa e Porto vão receber 3,7 milhões de fundos estruturais

Amadora, Lisboa e Porto vão receber uma ajuda comunitária de 18,7 milhões de euros (3,7 milhões de contos), a preços de 2001, no âmbito do programa URBAN, revelou a Comissão Europeia.

Deste fundo estrutural, que se destina a desenvolver actividades económicas e lutar contra o desemprego, a Amadora vai receber 3,5 milhões de euros (702 mil contos), Lisboa, 5,6 milhões de euros (1,1 milhões de contos) e Porto, 9,7 milhões de euros (1,9 milhões de contos). «A ajuda deverá ser atribuída ainda este ano», afirmou um porta-voz da Comissão Europeia, sem no entanto adiantar datas precisas.

As três cidades portuguesas encontram-se entre as 70 da União Europeia abrangidas pelo programa URBAN II (que cobre o

período de 2001 a 2006).

O programa visa a revitalização de zonas urbanas afectadas por, pelo menos, três das seguintes condições: desemprego de longa duração; fraca actividade económica; nível elevado de pobreza e exclusão; necessidade de proceder a um ajustamento estrutural devido a dificuldades económicas e sociais; proporção elevada de imigrantes, minorias étnicas ou refugiados; fraco nível de educação e taxa de insucesso escolar elevada; forte taxa de criminalidade e delinquência; desenvolvimento demográfico variável; e condições ambientais particularmente más. O URBAN tem como eixos prioritários favorecer a criação de emprego, a integração da população local, o respeito pelo ambiente e melhorar de forma geral as condições de vida das zonas urbanas.

## Educação e solidariedade Ministério e Mutualidades selam acordo de cooperação

Os Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade assinaram um acordo de cooperação no âmbito da educação pré-escolar com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas

Este pacto surge na sequência de um processo de envolvimento dos estabelecimentos de educação pré-escolar daquelas instituições particulares de solidariedade social no Programa de

Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar.

De modo a viabilizar o acesso e a frequência de todas as crianças a uma educação pré-escolar de qualidade, decorrente das medidas tomadas para o ano de 2000-2001, o acordo de cooperação estabelece os apoios financeiros a atribuir pelo Estado àquelas instituições durante o ano de 2001-2002, assim como define a lotação de cada sala de aula de educação pré-escolar.

## 1 de Outubro Seis mil crianças celebraram a música

Cerca de 6 mil crianças, com idades compreendidas entre os três e os seis anos, participaram nas comemorações do Dia Mundial da Música, que decorreram, segunda-feira, no Parque das Nações, em Lisboa, numa iniciativa que visou incentivar a população mais jovem pelo gosto da música.

As crianças participantes receberam das mãos do secretário de Estado da Cultura, José Conde Rodrigues, um conjunto de material didáctico que incluía uma partitura, um mapa *mundi*, um cartaz, um conto infantil e um jogo musical.

Este material, realizado pelo Instituto Português das Artes e Espectáculos do Ministério da Cultura, foi igualmente distribuído por 60 mil alunos do 1º e 2º ciclo do ensino básico.

As comemorações do Dia Mundial da Música contaram ainda com as cerimónias de entrega dos prémios da música Almada e Ribeiro da Fonte, apresentação do livro e cd «A Sinfonia em Portugal, concertos pelo Agrupamento de Cordas da Orquestra



Sinfónica Portuguesa e Maria João Pires, bem como encontros e palestras que decorreram nas cidades de Lisboa, Porto e nas delegações regionais do Ministério da Cultura no Algarve, Centro e Norte.

## DUPLA AFIXAÇÃO DOS PREÇOS JÁ ENTROU EM VIGOR

«O euro é uma decisão histórica e necessária»  
«É um facto que o euro dá uma credibilidade à Europa e uma estabilidade à economia europeia. Dois aspectos essenciais, em minha opinião, para os países europeus poderem competir no Mundo moderno, num quadro de globalização»

**António Guterres**

**A imposição legal da dupla afixação dos preços em euros e escudos pelos estabelecimentos comerciais já é obrigatória desde o dia 1 de Outubro e está a ser controlada pela Inspeção-Geral da Actividade Económica (IGAE). Trata-se de mais um importante passo para a nossa economia e para o nosso futuro colectivo, no quadro da presença de Portugal no grupo de países fundadores da moeda única europeia.**

**U**ma decisão histórica e necessária do Governo do PS, que cumpriu de forma inquestionavelmente positiva os critérios de convergência, e que se reveste da maior importância e significado para o futuro de Portugal e dos portugueses. Mas na origem da nossa presença no pelotão da frente da moeda única está a nossa integração na então Comunidade



Económica Europeia, em 1985, sob a égide e o impulso dos Governos do PS chefiados pelo camarada Mário Soares.

Um longo caminho já foi percorrido desde a nossa integração europeia, tendo Portugal assumido de forma claro o desafio de estar na linha da frente da construção europeia, de que o euro é um instrumento determinante. A obrigatoriedade da dupla afixação dos preços em euros e escudos desde o passado dia 1 é apenas e tão-só mais uma etapa num longo processo de construção de uma Europa em que o euro assume um

papel fundamental como factor agregador para uma maior união política.

Para que a dupla afixação de preços em euros e escudos seja uma realidade em todo o País, o inspector-geral, Mário Silva, anunciou que a acção de fiscalização da IGAE cobre todos os distritos do continente e mobilizará mais de 100 efectivos.

Os inspectores verificarão se os estabelecimentos comerciais têm os preços exibidos em euros e escudos, se a conversão e o arredondamento estão bem feitos e se o relevo dado à informação é o correcto.

Por enquanto, ficam salvaguardados de acções inspectivas os pequenos agentes económicos - que empreguem até nove trabalhadores -, os quais estão obrigados apenas à dupla afixação de preços em montras e em bens ou serviços que estejam em promoção. Mário Silva adiantou que as coimas são significativas.

Os intervalos situam-se entre 249 e 3741 euros (50 a 750 contos) no caso de uma empresa em nome individual e 2495 e 29 928 euros (500 a seis mil contos), no caso de uma entidade colectiva.

O inspector-geral manifestou-se convencido que não deverá problemas de maior, uma vez que o diploma que estipula a obrigatoriedade da dupla afixação é de Abril; que a Comissão Nacional do Euro e os órgãos de comunicação Social têm feito um bom trabalho de divulgação; e que a própria IGAE fez um «mailing» em Agosto a todas as associações empresariais do País, a relembrar o diploma.

Por a situação ser «demasiado séria», Mário Silva acrescentou que a IGAE não aliviará as acções de fiscalização até 28 de Fevereiro de 2002.

Também desde o passado dia 1, o Banco de Portugal começou a distribuir as notas de euro aos bancos comerciais de todo o País, apesar de só poderem ser utilizadas a partir de Janeiro.

Os comerciantes começarão a receber notas e moedas de euro em Dezembro para se poderem preparar para a sua entrada em circulação a 1 de Janeiro.

**J. C. C. B.**

## IGAE PERCORRE TODOS OS DISTRITOS

**A**dupla afixação de preços em escudos e euros, obrigatória desde o dia 1 nos estabelecimentos com mais de nove empregados, começou a ser cumprida no Norte do País com mais regularidade do que no Sul.

Para fiscalizar o cumprimento da medida, a Inspeção-Geral das Actividades Económicas (IGA) dispõe de mais de cem fiscais que vão percorrer todos os distritos do país, à excepção das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

O Banco de Portugal, por seu lado, começou no dia 1 a distribuição aos bancos comerciais de notas em euros, que a partir de Janeiro vão substituir o escudo.

As novas notas e moedas vão chegar aos

comerciantes já em Dezembro para que possam preparar a entrada em circulação da moeda europeia.

A dupla afixação de preços é já uma prática habitual nas regiões fronteiriças de Portugal e Espanha, como em Bragança, onde os comerciantes há muito que elaboram as tabelas em escudos e pesetas.

Para os comerciantes locais não se trata de uma prática complicada, já que estão habituados a fazer o exercício da conversão e acreditam que mesmo que o treino lhes vai facilitar a adopção da nova moeda.

Também os comerciantes de Vila Real se encontram preparados para o euro e para uma eventual visita dos fiscais, com grande parte dos estabelecimentos a apresentar a dupla afixação.

Em Braga, a maioria dos estabelecimentos, mesmo os de pequena dimensão, está a colocar nas montras os preços dos produtos em escudos e euros.

Em Coimbra, a generalidade dos estabelecimentos respeita a dupla afixação, embora ainda haja quem deixe para mais tarde o que devia ou podia ter feito hoje.

Em Viseu, o euro foi adoptado pela generalidade dos comerciantes, mas se alguns dizem estar preparados também há proprietários de pequenos estabelecimentos que continuam a ignorar as novas exigências, alegando falta de informação. Em Aveiro, a dupla afixação é visível nos hipermercados e centros comerciais e na generalidade dos estabelecimentos, mas no pequeno comércio ainda há quem se esqueça da nova moeda.

Neste caso, estão pequenos negócios de fruta e legumes, onde as contas ainda se fazem à mão, e um talho onde já existe um espaço para a dupla afixação mas sem apresentar os valores em euros.

Em Leiria, alguns comerciantes dizem-se preocupados com a reacção dos clientes, temendo uma diminuição das compras, mas a generalidade dos estabelecimentos já apresenta os preços em escudos e euros. Em Lisboa, várias farmácias ainda têm os preços dos medicamentos apenas em escudos, à semelhança do que se passa em muitos estabelecimentos de pequena dimensão.

No Algarve, a maioria dos comerciantes colocou nas montras os preços em escudos e euros.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que autoriza o Estado Português a assumir, transitória e excepcionalmente, com efeitos a partir das 23 horas e 59 minutos do dia 24 de Setembro de 2001 e pelo prazo de um mês, a responsabilidade pela indemnização aos beneficiários dos seguros contratados pelas companhias aéreas com sede em Portugal, pelas empresas gestoras de aeroportos portugueses, pelos prestadores de serviços de controlo de tráfego aéreo e outros prestadores de serviços em aeroportos portugueses, na parte agora reduzida, ou seja, a cobertura de danos causados a terceiros em caso de guerra e atentado terrorista, e até ao limite anteriormente estabelecido;
  - Uma proposta de lei que fixa o regime de classificação de segurança nacional;
  - Uma resolução que estabelece o Programa E4 – Eficiência Energética e Energias Endógenas;
  - Um diploma que altera o decreto-lei que revê o regime aplicável à actividade de produção de energia eléctrica, no âmbito do Sistema Eléctrico Independente;
  - Um decreto-lei que define o regime de gestão da capacidade de recepção de energia eléctrica nas redes do Sistema Eléctrico Público proveniente de centros electroprodutores do Sistema Eléctrico Independente;
  - Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece as disposições aplicáveis à constituição e à manutenção das reservas de segurança em território nacional de produtos de petróleo, transpondo para o direito interno a respectiva directiva comunitária;
  - Um decreto-lei que permite a utilização do gás natural comprimido (GNC) como combustível nos automóveis que apresentem uma homologação CE de modelo, ou uma homologação nacional;
  - Um diploma que altera o decreto-lei que criou a Agência para a Energia;
  - Um diploma que altera o decreto-lei n.º 538/99, de 13 de Dezembro, revendo normas relativas às condições de exploração e tarifários da actividade da produção combinada de calor e electricidade;
  - Um diploma que altera o anexo ao decreto-lei que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades;
  - Uma resolução que cria uma estrutura de projecto denominada «Parcerias Saúde» destinada a desenvolver e implementar no sector da saúde experiências inovadoras de gestão, designadamente parcerias público-públicas e público-privadas, aplicando-se aos estabelecimentos hospitalares e ao universo de unidades de prestação de cuidados primários e cuidados continuados de saúde;
  - Um decreto-lei que introduz alterações em matéria de concessão de isenções de imposto sobre o valor acrescentado a organizações internacionais e a missões diplomáticas;
  - Um diploma que altera e republica o decreto-lei que regulamenta a Lei de Bases Gerais da Caça;
- As alterações introduzidas visam reforçar a conservação e ordenamento dos
- Um decreto-lei que estabelece os princípios e regras a que deve obedecer a comercialização dos géneros alimentícios com brindes;
  - Um decreto-lei que cria o Conselho Consultivo Nacional para a Formação Profissional (CCNFP);
  - Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a legislação europeia relativa à protecção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho, bem como as directivas comunitárias referentes a valores limite de exposição profissional a agentes químicos e que constituem elementos integrados na regulamentação da Primeira Directiva;
  - Um diploma que altera o decreto que procedeu à desafecção do Regime Florestal Parcial de uma área de 22 hectares de terreno baldio, situada na freguesia de Mundão, concelho de Viseu, integrada no Perímetro Florestal de São Salvador e que se destina a expansão de zona industrial;
  - Uma resolução que prorroga o mandato da equipa de missão para a «Modernização da Rede Consular»;
  - Uma resolução que exonera, a seu pedido, João Manuel dos Reis Duarte Rodrigues, como vogal do conselho de administração do ICEP Portugal – Investimento, Comércio e Turismo;
  - Uma resolução que exonera, por mera conveniência de serviço, Manuel Augusto Braga Lino, do cargo de vogal do conselho de administração do ICEP Portugal – Investimento, Comércio e Turismo;
  - Uma resolução que nomeia Carlos Manuel Gonçalves da Costa para o cargo de vogal do Conselho de Administração do ICEP Portugal – Investimento, Comércio e Turismo;
  - Uma resolução que nomeia o conselheiro de embaixada, João Nugent Ramos Pinto, encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para os assuntos ligados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

## ESTADO COBRE SEGUROS DE COMPANHIAS AÉREAS

O Executivo socialista está empenhado no reforço da segurança nacional e para isso aprovou, a título provisório, um sistema de protecção das companhias aéreas sediadas no País.

Assim, o Conselho de Ministro aprovou, no dia 27, uma resolução que autoriza o Estado Português a assumir, transitória e excepcionalmente, com efeitos a partir das 23 horas e 59 minutos do dia 24 de Setembro de 2001 e pelo prazo de um mês, a responsabilidade pela indemnização aos beneficiários dos seguros contratados pelas companhias aéreas com sede em Portugal, pelas empresas gestoras de aeroportos portugueses, pelos prestadores de serviços de controlo de tráfego aéreo e outros prestadores de serviços em aeroportos portugueses, na parte agora reduzida, ou seja, a cobertura de danos causados a terceiros em caso de guerra e atentado terrorista, e até ao limite anteriormente estabelecido.

A garantia desta responsabilidade, que tem a duração de um mês e reveste um carácter excepcional, dará lugar ao pagamento de prémios, a fixar, na medida do possível, em função dos riscos envolvidos, ficando as entidades abrangidas pela mesma garantia, para já e enquanto não forem fixados os prémios, por via contratual ou outra, dispensadas desse pagamento.

Durante este período estarão accionadas as necessárias diligências com vista à procura de soluções que permitam a cobertura de tais riscos pela via comercial.

O Conselho de Ministros apreciará esta situação antes do final do prazo referido, tendo em conta, nomeadamente, as orientações que venham a ser estabelecidas no seio da União Europeia e da ICAO.

Tendo em vista preparar a apreciação pelo Governo, foi criado um grupo de trabalho que integrará representantes dos ministros das Finanças e do Equipamento Social, do Instituto de Seguros de Portugal e do Instituto Nacional de Aviação Civil.

Este diploma visa responder, no imediato, a consequências dos ataques terroristas nos EUA que afectaram significativamente o sector da aviação civil a nível mundial, nomeadamente no que respeita à cobertura de determinados riscos pela indústria seguradora.

Tendo sido informados deste problema, os ministros da Economia e das Finanças da União Europeia, reunidos informalmente nos passados dias 21 e 22 de Setembro, adoptaram um conjunto de orientações que devem presidir à intervenção dos Estados-membros para fazer face aos problemas dos seguros nas companhias aéreas, causados pela limitação imposta unilateralmente pelas seguradoras relativa à compensação de danos causados a terceiros na sequência de actos de guerra ou terrorismo, agora sujeita a um máximo de 50 milhões dólares, por ocorrência e agregado anual, quando tal seja considerada necessário, por não haver uma solução de



mercado possível para fazer face a essa «falha de mercado».

Ainda de acordo com aquelas orientações, os governos podem adoptar medidas de apoio no curto prazo tendo em vista, excepcionalmente, colmatar a lacuna que se está a verificar na cobertura dos danos a terceiros nas situações de guerra ou terrorismo, evitando deste modo a paralisação das companhias aéreas.

### Proteger informação

A equipa governativa chefiada pelo camarada António Guterres decidiu, ainda neste contexto, dar luz verde ao regime de classificação de segurança nacional.

A classificação de informação, de documentos e de outros materiais na posse ou destinados a organismos e serviços públicos é um instrumento fundamental nos Estados de Direito modernos.

O diploma aprovado em Conselho de Ministros tem por objectivo regular a limitação de acesso a conteúdos relativos à segurança interna e externa, tomadas estas num sentido que abranja não só aceções atinentes à defesa militar e ao combate da criminalidade organizada mas também à protecção de informação ligada a elementos essenciais da política financeira, económica e de investigação. O regime proposto pelo projecto pode sintetizar-se do seguinte modo:

- Estabelecimento dos níveis de classificação em Muito Secreto, Secreto, Confidencial e Reservado, considerando o grau de lesão do conhecimento não autorizado de informações, documento e outros materiais para o interesse nacional;

- Fixação das entidades que poderão proceder à classificação e ainda previsão da classificação provisória por órgão incompetente;

- Previsão dos períodos máximos (cinco anos) para a renovação da decisão de classificação;

- Instituição de normas de protecção para as informações classificadas impostas a todos;

- Habilitação do Governo para actualizar os procedimentos e medidas de protecção de informações, documentos e materiais classificados;

- Previsão da exigência de credenciação para ter acesso aos documentos à qual deverá acrescer a necessidade de conhecer o documento;

- Remissão para a Comissão para o Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) da competência para apreciar queixas sobre limitações de acesso.

## E4: EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS ENDÓGENAS

**O** Programa E4 – Eficiência Energética e Energias Endógenas foi aprovado, na passada quinta-feira, dia 27, em reunião de Conselho de Ministros.

Este diploma consubstancia um extenso programa de modernização do sistema energético nacional, designado por E4: Eficiência Energética e Energias Endógenas. Com estas medidas Portugal estará em condições de cumprir o objectivo de 39 por cento de energias renováveis na produção de electricidade em 2010, com um investimento da ordem dos mil milhões de contos em novos 3 500 mw com repercussões muito importantes na criação de emprego e no desenvolvimento regional. Melhorar a eficiência dos sistemas energéticos, da produção à utilização da energia, passando pelo transporte e pela distribuição, bem como incrementar a produção de energia eléctrica e calor a partir de fontes endógenas, são os dois eixos privilegiados da política energética nacional, cujos principais objectivos são garantir a segurança de aprovisionamento de energia, contribuir para melhorar a competitividade da economia e promover a qualidade do ambiente.

A ênfase agora colocada na utilização racional da energia e nas energias endógenas justifica-se por duas razões principais: o aumento do consumo energético e do preço dos combustíveis registado nos últimos anos agravou extraordinariamente a factura energética do país e a nossa dependência do exterior; e a elevada intensidade energética do PIB (a maior dos países da União Europeia e a única com tendência crescente) compromete a competitividade do tecido empresarial.

O aumento da utilização de combustíveis fósseis fez disparar a emissão de gases com efeito de estufa, pondo em risco o cumprimento de compromissos assumidos internacionalmente e degradando a qualidade do ambiente.

### Sistema Eléctrico Independente

O Governo deu luz verde também a um diploma que altera o decreto-lei que revê o regime aplicável à actividade de produção de energia eléctrica, no âmbito do Sistema Eléctrico Independente.

Este diploma introduz alterações indispensáveis ao estabelecimento de uma remuneração diferenciada por tecnologia e regime de exploração de centros electroprodutores abrangidos pelo decreto-lei n.º 168/99 de 18 de Maio.

Esta medida permite, por um lado, adequar o interesse económico destes investimentos ao efectivo potencial disponível no território, tendo em conta os interesses do ordenamento e gestão do território, com destaque para as zonas sensíveis do ponto



de vista ambiental e, por outro lado, criam-se as condições para o desenvolvimento de projectos em tecnologias emergentes, com elevado potencial a médio prazo (biomassa, ondas, fotovoltaico).

Consagra-se ainda o pagamento de uma renda às autarquias pela instalação, nos respectivos concelhos, de centrais eólicas licenciadas ao abrigo deste diploma.

Também no âmbito de uma política nacional para o sector da energia, o Executivo socialista aprovou um decreto-lei que define o regime de gestão da capacidade de recepção de energia eléctrica nas redes do Sistema Eléctrico Público proveniente de centros electroprodutores do Sistema Eléctrico Independente.

Este diploma aplica-se à gestão da capacidade de recepção de energia eléctrica nas redes do SEP (Sistema Eléctrico Público), no sentido de assegurar a entrega da energia eléctrica proveniente dos centros electroprodutores do SEI (Sistema Eléctrico Independente).

Nestes termos, definem-se os princípios e os mecanismos de atribuição e de gestão dos pontos de interligação com a rede do SEP, disponibilizando-se aos promotores a informação relevante e actualizada que lhes permita fazer as suas opções de investimento na realização de projectos de produção independente de energia eléctrica.

### Gestão de reservas

Na reunião do Conselho de Ministros decidiu-

se também e favoravelmente pela transposição para o direito interno da directiva comunitária relativa à constituição e à manutenção das reservas de segurança em território nacional de produtos de petróleo.

São assim introduzidas alterações no sentido de habilitar, convenientemente, a criação e regulamentação da entidade pública responsável pela gestão das reservas estratégicas de produtos petrolíferos. Assim, o objecto das reservas passa a ser fixado em termos de mínimo e não de máximo, sendo ainda revista a gama de produtos sujeitos a reserva.

Para a EGREP, EPE, Entidade Gestora de Reserva Estratégica de Produtos Petrolíferos, adoptou-se a figura jurídica da entidade pública empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial sem fins lucrativos.

Este diploma vem permitir a utilização do gás natural comprimido (GNC) como combustível nos automóveis que apresentem uma homologação CE de modelo, ou uma homologação nacional.

A medida contribuirá para uma maior diversificação dos combustíveis e permitirá o acesso ao gás natural, combustível menos poluente que a generalidade dos combustíveis líquidos.

### Agência para a Energia renovada

O Conselho de Ministros aprovou

igualmente um decreto-lei que altera a denominação da Agência para a Energia, bem como ao ajustamento da sua missão, âmbito e atribuições, por forma a conferir à agência maior capacidade de intervenção na promoção, a nível nacional, da eficiência energética e da valorização dos recursos endógenos.

Nesse sentido, o desenvolvimento das acções de serviço público levadas a cabo pela agência é alargada a outros organismos públicos, mediante a possibilidade de celebração de contratos-programa com outros Ministérios e organismos públicos para além do Ministério da Economia.

As normas relativas às condições de exploração e tarifários da actividade da produção combinada de calor e electricidade foram também revistas pelo Executivo socialista.

As alterações referidas têm como objectivo potenciar o desenvolvimento das instalações de co-geração (produção combinada de calor e electricidade), por forma a serem atingidas as recomendações da União Europeia nesta matéria, e incidem na reformulação das condições que devem respeitar as instalações de co-geração, na clarificação das situações de coexistência de mais de uma unidade associada a uma instalação de utilização, na gestão conjunta de energia e na alteração do tarifário de venda de energia eléctrica à rede do SEP.

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Sistema de detecção de veículos roubados**

O sistema electrónico de controlo da velocidade média nas estradas que poderá ser escolhido pelo Governo para Portugal, permite também a detecção de viaturas roubadas.

O ministro da Administração Interna assistiu, no dia 28, em Belém, à demonstração de um sistema electrónico de controlo de velocidade média entre dois pontos de rodovia (See Car Flow), desenvolvido por uma empresa brasileira, um dos que estão a ser avaliados para serem implantados em Portugal, ao abrigo das alterações ao Código da Estrada (CE) que entrou em vigor na passada segunda-feira.

O sistema demonstrado, e que funcionava através de GPS (Global Position System), consiste na instalação de câmaras de filmar entre dois pontos de um percurso, que contém um sensor e estão ligadas a uma central computadorizada através da qual são visionados e analisados.

Quando o sensor é accionado à passagem de um veículo, o sistema captura em tempo real uma série de imagens da placa de matrícula que envia para o computador central, que calcula os dados da viagem (velocidade média) e os disponibiliza para o operador de serviço à central de monitorização.

Está preparado para avisar sonoramente o operador quando detectar uma velocidade acima da estipulada, bem como para trabalhar simultaneamente de uma a seis faixas de rodagem, captando seis veículos por segundo. Pode também funcionar durante a noite, por estar equipado com luzes infravermelhas.

Além do controlo dos fluxos de tráfego, permite também a detecção de viaturas roubadas, através da comparação das matrículas que filma com as que constam da base de dados das forças policiais.



## COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Incentivo para rádios locais na Internet**

O secretário de Estado da Comunicação Social garantiu, no dia 29, que dentro de alguns meses todas as rádios locais emitirão através da Internet, beneficiando para tal de um incentivo governamental que pode ir até 75 por cento do investimento feito.

Arons de Carvalho, que falava no encerramento do I Encontro Nacional de Jornalistas *On-Line*, referiu que, no âmbito da secretaria de Estado da Comunicação Social, foi criado um novo incentivo para os jornais e rádios locais e regionais.

O incentivo destina-se aos conteúdos *on-line*, pode equivaler a uma comparticipação até 75 por cento dos investimentos feitos, e vai beneficiar, em breve, 80 publicações locais e regionais.

O governante, que considerou que há um novo mundo no jornalismo que tem a ver com a crescente influência da Internet e das edições *on-line*, garantiu que as conclusões do encontro podiam influenciar as decisões do poder político nos próximos anos sobre este tema.

Manifestou a sua total disponibilidade para debater com o Sindicato dos Jornalistas (SJ), que promoveu o encontro, as questões que foram levantadas de modo a que «Portugal continue no pelotão da frente nesta área».



## CULTURA

**Jornadas Europeias do Património**

O ministro da Cultura inaugurou, no passado dia 30, a exposição «Experiência Fotográfica Internacional de Monumentos» (EFIM) e entregou prémios aos vencedores nacionais.

Augusto Santos Silva, presidiu, domingo, à cerimónia de abertura da EFIM, no Mosteiro dos Jerónimos (antigo refeitório). Na ocasião, o governante entregará os prémios ao vencedor nacional deste concurso de fotografia lançado no âmbito das Jornadas Europeias do Património (JEP).

Esta mostra é um concurso fotográfico para jovens entre os 9 e os 18 anos de idade que incide exclusivamente nos monumentos e que decorre, a nível internacional, desde 1996, no âmbito das JEP. Portugal participa neste projecto desde 1998.

Na exposição patente no Mosteiro dos Jerónimos estão representados 21 países de



três continentes.

Este ano, verificou-se, a nível nacional, a apresentação a concurso de 711 imagens de 262 concorrentes.

A EFIM é itinerante, percorrendo todos os núcleos regionais participantes e inclui as imagens dos vencedores nacionais e estrangeiros, para além dos melhores trabalhos de cada um dos concorrentes não premiados.

A exposição tem três componentes: Nacional, com o vencedor nacional e os vencedores regionais; Internacional, com os vencedores dos restantes países; Regional, com uma fotografia por cada concorrente não premiado. Esta vertente varia de acordo com o local onde a exposição se situa.

## ECONOMIA

**Aprofundar mercado ibérico de energia**

O ministro da Economia, Braga da Cruz, defendeu, no dia 28, que «o princípio da reciprocidade não deve ser invocado» por Espanha para o cruzamento de participações entre as eléctricas portuguesas e espanholas.

Braga da Cruz falou à Imprensa, depois da apresentação do programa de modernização do sistema energético nacional – E4 –, aprovado quinta-feira pelo Conselho de Ministros.

Questionado sobre um eventual cruzamento de participações entre a EDP e qualquer eléctrica espanhola, Braga da Cruz sublinhou que «essas são decisões que cabem às empresas».

No entanto, adiantou que o «princípio da reciprocidade não deve ser invocado, porque os mercados português e espanhol têm dimensões muito diferentes».

«A compra da espanhola Viesgo pela italiana Enel foi autorizada num momento em que a Endesa tomou uma posição equivalente em Itália», referiu, sublinhando que «os mercados italiano e espanhol têm a mesma dimensão».

Braga da Cruz afirmou desconhecer ainda a posição do Governo espanhol em relação à participação da EDP na Hidrocontábrico, mas manifestou-se «confiante» num levantamento próximo da limitação aos direitos de voto.

O ministro afirmou «disponibilidade total para o reforço das interligações» entre a rede eléctrica portuguesa e espanhola, no sentido de um «aprofundamento do mercado ibérico de energia».

## EDUCAÇÃO

**Vouzela tem nova «escola completa»**

O ministro da Educação, Júlio Pedrosa, inaugurou, sábado, dia 29 de Setembro, a Escola Básica Integrada de Campia, no concelho de Vouzela.

O novo empreendimento escolar dispõe de biblioteca, refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos descoberto, para além das salas de aula normais e das específicas para o desenvolvimento de determinadas aprendizagens.

Deste modo, a Escola Básica Integrada de Campia corresponde ao modelo de «Escola Completa», capaz de proporcionar às crianças e jovens uma formação global de qualidade.

A funcionar este ano pela primeira vez no novo edifício, esta escola integra 18 turmas, num total de 200 alunos, dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico.

A escola funciona também como pólo do Agrupamento Vertical de Escolas de Campia que engloba 11 escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e seis jardins de infância, num total de 440 alunos, 30 professores e 25 funcionários.



## ENSINO SUPERIOR

**Arranca segunda fase de residência estudantil em Tomar**

O secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lourtie, inaugurou no passado dia 28 de Setembro, em Tomar, a segunda fase da residência para estudantes do Campus do Instituto Politécnico de Tomar.

Esta segunda fase, consubstanciada num segundo bloco, acrescenta à residência 116 novas camas.

Até então, a residência tinha capacidade para albergar 120 estudantes.

O novo edifício fica ligado ao já existente através de uma zona comum com espaços de convívio, lavandaria e outros serviços.

O programa da cerimónia da inauguração desta segunda fase incluiu uma visita às obras em curso, a apresentação das novas infra-estruturas, a inauguração propriamente dita e um beberete final.

EQUIPAMENTO SOCIAL

**Transportes Públicos: sete milhões de contos em infra-estruturas**

Nos últimos três anos foram investidos, em todo o País, sete milhões de contos em infra-estruturas que visam facilitar a vida aos utentes, mas também promover a utilização dos transportes públicos, disse, no dia 29, em Almeirim, o ministro do Equipamento Social.

Ferro Rodrigues, que inaugurou sábado a ampliação dos Paços do Concelho de Almeirim e o centro coordenador de transportes local, sublinhou os «recursos avultados» e o «número elevado de projectos, de Norte a Sul do País, que não devem ser escamoteados, precisamente porque se encontram numa primeira linha de resposta às necessidades dos utentes, mas também porque se enquadram numa estratégia de promoção de utilização do transporte público de passageiros».

O ministro assegurou que, nos últimos três anos, foram investidos um total de sete milhões de contos (incluindo o financiamento do Governo e o das autarquias) na construção de estações centrais de camionagem, passagens desniveladas e abrigos de passageiros.

O centro coordenador de transportes de Almeirim, uma obra da ordem dos 170 mil contos concretizada em oito meses, inclui-se no conjunto de 28 estações centrais de camionagem aprovadas pelo Executivo desde 1998, com um financiamento da administração central de 2,6 milhões de contos.

Ferro Rodrigues destacou estes investimentos, mais locais, em complemento aos feitos nos grandes eixos rodoviários, pela sua importância na superação das «graves carências sentidas um pouco por todo o lado, sobretudo em termos da qualidade do serviço prestado».



TRABALHO E SOLIDARIEDADE

**Linha de emergência e «mudança radical»**

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social afirmou, no dia 29, que a nova linha de emergência social, em funcionamento desde domingo, marca uma «mudança radical» na Acção Social em Portugal.

«A urgência não escolhe hora nem dia, a Acção Social a partir de agora também não», declarou Paulo Pedroso, ao discursar após uma demonstração, na Santa Casa da Misericórdia de Soure, do modo como vai funcionar a Linha Nacional de Emergência Social – 144.

A mudança radical reside na «resposta urgente, imediata, centrada nos casos agudos que afectam a integridade física ou moral» de pessoas, nomeadamente sem abrigo, vítimas de violência, idosos e crianças abandonadas ou alvo de maus tratos.

Uma equipa de técnicos de Serviço Social, juristas e psicólogos encaminhará a pessoa em causa para uma resposta imediata, fornecendo abrigo, sem prejuízo de haver um encaminhamento posterior, de resposta social à situação em causa.

Um «call center» sediado em Lisboa fará a triagem das chamadas, accionando de seguida as equipas distritais de apoio e todos os mecanismos necessários a ajudar a pessoa em risco.

O ministro disse estar consciente de que, numa primeira fase, possam surgir alguns problemas, já notórios – disse – no período experimental da nova linha, devido ao elevado número de pessoas que contactam o 144 «sem saberem bem para que serve», ou seja, sem necessidade.



JUSTIÇA

**Casamentos civis dignificados com novo regime**

O secretário de Estado da Justiça sexta-feira as críticas à realização de casamentos civis aos fins-de-semana, considerando que o novo regime visa «dignificar a cerimónia» segundo a tradição portuguesa.

Questionado pela Imprensa, em Coimbra, Diogo Lacerda acusou «alguns conservadores e o sindicato» de argumentarem com «o que não é verdade».

Segundo o decreto 236/2001, que vigora desde sábado, «a celebração de casamentos civis fora do horário de funcionamento dos serviços e aos sábados, domingos e feriados, nas conservatórias, ou em qualquer outro lugar a que o público tenha acesso, pode ter lugar sempre que o acto seja expressamente solicitado e acordado com os nubentes».

Diogo Lacerda realçou que «as pessoas casam uma vez na vida» e terão sempre, à luz do novo diploma, «a possibilidade de o fazer dentro da tradição matrimonial portuguesa».

O governante falava aos jornalistas, no final da cerimónia de assinatura de um protocolo, entre o Ministério da Justiça e o Conselho Empresarial do Centro – Câmara de Comércio e Indústria (CEC-CCI), para a criação de cinco cartórios de competência especializada em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu.

PLANEAMENTO

**Douro: recuperação de acessos destruídos**

O secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento assegurou sábado que foram gastos 1,2 milhões de contos nos 70 por cento de obras já concluídas para a recuperação dos acessos destruídos pelas intempéries na região do Douro.

Onze concelhos da região Norte do País foram atingidos, durante o mês de Dezembro de 2000 e nos primeiros dias de Janeiro deste ano, por intempéries que provocaram prejuízos em equipamentos e infra-estruturas públicas.

Para constatar no terreno o andamento das obras de recuperação, Ricardo Magalhães visitou no dia 29 o lugar de Ariz, freguesia de Godim, no Peso da Régua.

Recorde-se que, após as intempéries, o Governo, através de uma acção integrada de base territorial, do ministério do Planeamento, disponibilizou para as autarquias afectadas dois milhões de contos (dez milhões de euros).

Segundo Ricardo Magalhães, até ao momento foram gastos 60 por cento das verbas, correspondentes a 1,2 milhões de contos (seis milhões de euros), em 70 por cento das obras já concluídas.

O secretário de Estado considerou positiva a quantidade de obras concluídas, e salientou o «esforço realizado para a recuperação dos prejuízos e para a requalificação daquilo que já existia».

«Foram corrigidos erros no terreno, afastaram-se muros e alargaram-se estradas, o que contribuirá para aumentar a segurança, o que permitirá prevenir a região para outras intempéries», sublinhou.



**PORTUGAL SOCIALISTA**

TELEVISÃO SERVIÇO PÚBLICO

**JÁ À VENDA**

Com entrevista a Augusto Santos Silva

## RELATOR DA COMISSÃO PROPÕE INVESTIGAÇÕES DA PGR

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito à queda da ponte de Entre-os-Rios, o deputado do PS Dias Baptista, recomendou à Procuradoria-Geral da República que investigue a Direcção Regional do Ambiente do Norte.

Segundo o projecto de relatório da Comissão Parlamentar, cuja aprovação foi adiada para a próxima segunda-feira, «a comissão tomou conhecimento de que um número significativo de processos de contra-ordenação por extração ilegal de inertes não tiveram a sua instrução concluída».

De acordo com o texto, «também se desconhece o paradeiro de um número significativo de outros processos no interior da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território Norte».

As conclusões do projecto do relatório referem que todas as chamadas de atenção realizadas ao longo do anos, nomeadamente pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva, sobre a insegurança da ponte «estavam apenas

relacionadas» com questões de segurança rodoviária, «nunca tendo sido colocada em causa a segurança estrutural da ponte».

Segundo o documento, «a comissão concluiu que não se provaram outras causas plausíveis» para a queda da ponte «que não fossem as apontadas pela comissão de inquérito» nomeada pelo Governo.

Ou seja, a causa directa foi a «descida do rio na zona do pilar 4 até um nível de tal modo baixo, originada por erosão ou redução da resistência ao carregamento», que resultou «a perda de sustentação do terreno situado sob o caixão da fundação».

A situação, refere o projecto do relatório, deveu-se à conjugação de dois factores: «as actividades de extração de inertes do leito do rio e a redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes».

Para o deputado do PS Dias Baptista, não se pode concluir que a queda que ocorreu em 4 de Março «aconteceu por falta de

inspecções» entre 1986 e 2001.

A inspecção realizada em 1986 «foi a única que deveria ter possibilitado a percepção da existência de uma situação de perigo iminente, mas ficou demonstrado que a JAE, apesar da informação suficiente de que dispunha, não teve a percepção do perigo existente», refere Dias Baptista.

Segundo o deputado, as filmagens desapareceram e os resultados da inspecção não foram aparentemente do conhecimento nem dos principais responsáveis da extinta Junta Autónoma de Estradas (JAE) nem dos sucessivos governantes.

A inspecção limitou-se assim a ser conhecida directamente pelo director do Serviço de Pontes, chefe de Divisão do mesmo serviço e engenheiro encarregado de acompanhar a ponte, mas nenhum «achou a ponte em risco nem a situação alarmante».

Sobre a extração de inertes, as conclusões do documento aludem à existência de sete lotes do leito do rio licenciados para exploração, de acordo com autorização do director-geral dos Recursos Naturais.

A actividade era realizada «com o conhecimento das autarquias ribeirinhas, consoante dos processos pareceres concordantes das Câmaras Municipais de Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses e de Penafiel e de várias

Assembleias e Juntas de Freguesia, que recebiam contrapartidas pela extração, sobretudo em areias para as suas obras, mas também em meios financeiros para algumas actividades».

Quanto à questão da construção de uma ponte nova que substituiria a que ruiu, o deputado socialista considera que «a demora do processo (...) ultrapassou todos os prazos que se podem considerar aceitáveis, porque defraudou de forma inaceitável a expectativa das populações em ver concretizada a obra que desejavam».

Dias Baptista refere que «não se pode esquecer que a recomendação para a construção de uma nova ponte é feita em 06 de Setembro de 1988».

No entanto, propõe o relator, «a comissão concluiu que não é possível qualquer ligação entre a não construção da nova ponte e a queda da ponte Hitze Ribeiro, porque se já estivesse construída a nova ponte, a Ponte Hitze Ribeiro infelizmente teria caído na mesma».

Num conjunto de 10 recomendações, tendo em vista uma «maior eficácia», a extração de areias, recomenda ainda, deve passar a ser feita «com a obrigatoriedade do cumprimento dos estudos de impacte ambiental, dando execução aos Planos de Bacia Hidrográfica».

DEPUTADO GAVINO PAIXÃO

Alqueva

## SEM MEDO DA MUDANÇA



Os portugueses sabem que o Governo socialista está inequivocamente determinado a avançar com o empreendimento de Alqueva.

Foi esta a mensagem deixada, na passada quinta-feira, dia 27, no Parlamento, pelo deputado do PS Gavino Paixão.

O parlamentar socialista falava durante o agendamento potestativo do Partido Comunista sobre medidas de reestruturação fundiária na área de intervenção do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva e subseqüente projecto de resolução do Bloco de Esquerda.

Salientando a «enorme determinação» com que o Executivo chefiado pelo camarada António Guterres encarou as questões controversas relativas ao Alqueva, Gavino Paixão centrou-se na componente hidroagrícola do empreendimento.

Para o deputado do GP/PS, as medidas apresentadas em Conselho de Ministros, a 3 de Setembro, em Alqueva, «encaram frontalmente todas as questões e apresentam soluções justas, equilibradas, não discriminatórias e inovadoras».

A criação de um Banco de Terras; o direito de preferência a favor do Estado; o Fundo de mobilização de Terras; o novo modelo de gestão para os perímetros de rega; o dever de rega; e o preço da água foram as decisões governativas destacadas por Gavino Paixão. Também o PEDIZA – o programa específico para desenvolvimento do Alqueva –, foi referenciado pelo deputado socialista, para

quem o projecto implica desafios «enormes», mas «motivadores».

«Tal empreendimento vai certamente alterar profundamente o actual modelo cultural de sequeiro, assim como apoiar decisivamente o desenvolvimento daquela região», disse, denunciando de seguida: «O Alentejo está a mudar e as mudanças sempre assustaram o PCP».

Referindo-se expressamente ao projecto de lei comunista, Gavino Paixão manifestou algumas perplexidades, concluindo que a «afectividade e a pressa» foram más conselheiras nesta iniciativa parlamentar.

«Ao invés das medidas estruturadas e pensadas apresentadas pelo Governo, o documento analisado encontra-se cheio de dúvidas e contradições», frisou o deputado socialista, para quem o diploma do BE «pouco mais acrescenta do que o apoio, algo envergonhado, ao projecto de lei do PCP».

«Quanto ao PSD e ao PP, uns mais do que outros, estão seguramente desejosos que o presente debate termine rapidamente», afirmou, acrescentando não estranhar a ausência de propostas laranja, uma vez que os deputados do PSD estão, na opinião do parlamentar socialista, «a seguir o caminho que sempre seguiram».

Gavino Paixão terminou a sua intervenção reiterando a sua confiança nas medidas apresentadas pelo Governo para o empreendimento de Alqueva, dizendo que, «para além da sua oportunidade, são abrangentes e enquadram-se no modelo de desenvolvimento que o Partido Socialista preconiza para o Alentejo em particular e para o País em geral».

MARY RODRIGUES

GP/PS

Líder de bancada

## FRANCISCO ASSIS REELEITO

O camarada Francisco Assis foi reeleito líder da bancada parlamentar do PS, na passada quinta-feira, dia 27, na Assembleia da República.

Os resultados eleitorais saldaram-se em 58 votos a favor da continuação de Assis à frente do GP/PS e 31 contra, dos 97 deputados socialistas que votaram.

Na votação registaram-se ainda sete votos brancos e um nulo, num universo de 115 deputados.

Em declarações aos jornalistas, Francisco Assis rejeitou que o resultado traduzia «contestação» à sua liderança, afirmando que

não aspira ao «unanimismo», que se paga com «abulia e indecisão».

Assis rejeitou «querer agradar a todos» e registou favoravelmente contar com «apoios e oposições», assegurando que sabe «o que fazer com esses votos».

O GP/PS vai continuar «unido e coeso», assegurou Francisco Assis, que não pretende mudar nada «no estilo e concepção» da sua liderança.

Assis levou para a direcção do grupo os deputados Fernando Serrasqueiro e António Braga, substituindo José Penedos e Manuel dos Santos, que saíram do Parlamento.





SANTIAGO COMPOSTELA **Jornadas Parlamentares**

## EURODEPUTADOS SOCIALISTAS CONTRA ALARGAMENTO QUE PREJUDIQUE OS MAIS POBRES

O eurodeputado socialista Carlos Lage garantiu no dia 28 de Setembro que o PS se oporá a que o alargamento da União Europeia seja feito à custa dos países mais pobres que actualmente já a integram, como Portugal.

«Não aceitaremos que os países que neste momento são beneficiados pela coesão económica e social, como Portugal, Espanha e Grécia, venham a ser atingidos e a pagar os custos das ajudas, que são necessárias e urgentes, aos países de Leste que se preparam para entrar na União Europeia», alertou Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu.

«Os países que vão entrar na UE merecem ser apoiados, mas não à custa dos que já a integram, só que não me parece que seja com 0,45 por cento do produto interno bruto da União Europeia que, no futuro, se pode dar aos Estados pobres que vão entrar e ao mesmo tempo manter as ajudas aos países que actualmente delas beneficiam», acrescentou.

Carlos Lage falava em Santiago de Compostela, no decorrer das I Jornadas Parlamentares dos socialistas portugueses e europeus no Parlamento da Europeu, que debateram o tema «Espanha e Portugal face



aos reptos europeus: a coesão económica e social depois do alargamento».

Presente esteve também o camarada Mário Soares, que referiu que «não é provável» que países como Portugal se ressentam do alargamento da União Europeia, «uma vez que – sustentou – temos tudo garantido até

2006 e depois disso haverá outras hipóteses».

«Em relação a esta matéria, não estou pessimista, acho que tudo depende das discussões que tivermos e da forma como defendermos os nossos interesses», acrescentou Mário Soares.

As jornadas parlamentares debateram ainda «A reforma da política Comum de Pescas e a Reforma da Política Agrícola Comum (PAC)».

### PAC injusta

A propósito da PAC, Carlos Lage classificou-a como uma política «marcadamente injusta, já que apoia culturas, como os cereais, que beneficiam zonas da Europa já em si ricas e beneficiam também um pequeno número de agricultores com ajudas vastíssimas».

«Está-se a dar apoios a culturas que podem ser, no plano mundial, concorrentes com produtos que podem ser importados a preços acessíveis, e esses dinheiros podem ser transferidos para outras culturas que sejam necessárias à Europa», acrescentou.

Quanto às pescas, Carlos Lage disse que é necessária uma reforma com vista a uma «verdadeira» política de conservação dos recursos pesqueiros, «que se têm vindo a esgotar».

«É também necessária uma verba para ajudar os pescadores a reconverter a sua actividade, para que não fiquem de braços cruzados e sentindo um grande vazio nas suas vidas, evitando assim que caiam na revolta», acrescentou.

## RELATÓRIO

Fundos

## BRUXELAS REPRESENTOU 2 POR CENTO DA RIQUEZA PORTUGUESA EM 2000

Os dinheiros de Bruxelas significaram quase dois por cento da riqueza total distribuída pelos portugueses no ano passado, segundo um relatório da Comissão Europeia.

O relatório sobre a repartição das despesas operacionais da União Europeia em 2000 apresentado hoje em Bruxelas, revela que o orçamento comunitário foi responsável em 2000 por 1,93 por cento do produto nacional bruto (PNB) português.

A Comissão explica que a diminuição desta percentagem em relação aos anos anteriores (3,08 em 1998 e 2,72 em 1999) se deve sobretudo a uma redução das despesas com os fundos estruturais, visto que muitos programas do novo quadro comunitário de apoio (2000-2006) não foram aprovados a tempo de ser pagos ainda em 2000.

O orçamento comunitário gastou cerca de 4,4 por cento das suas despesas (operacionais) em Portugal tendo recebido

do País apenas 1,47 por cento das suas receitas totais.

Ao todo, oito Estados-membros foram contribuintes líquidos dos cofres comunitário (Suécia, Alemanha, Holanda, Luxemburgo, Áustria, Reino Unido, Bélgica e França) e sete receberam mais do que pagaram, entre os quais Portugal.

O balanço das transferências de dinheiros comunitários beneficiou sobretudo os países menos desenvolvidos da UE: Grécia (3,61 por cento do seu PNB), Portugal (1,93), Irlanda (1,83) e Espanha (0,86).

A Irlanda é um caso à parte. Durante muitos anos pertenceu ao grupo dos «quatro da coesão», neste momento já pertence aos ricos apesar de ainda beneficiar de ajudas estruturais importantes.

Em termos relativos, a Suécia foi o maior contribuinte líquido do orçamento comunitário (0,50 por cento do seu PNB), seguido pela Alemanha (0,47) e da Holanda (0,44).

Em termos absolutos, a Alemanha foi o país que mais contribuiu para o orçamento

comunitário (25,34 por cento do total), seguido pela França (17,70), Reino Unido (14,69).

Do lado dos gastos, a França recebeu 16,7 por cento das despesas operacionais, seguida pela Espanha (14,9), Itália (14,7) e Alemanha (14,0).

A comissária europeia responsável pelo Orçamento, Michaela Schreyer, lembrou que «os benefícios das políticas comunitárias não podem apenas ser medidos em termos de benefícios orçamentais. A integração económica e política são as vantagens mais importantes e estas não se medem em termos orçamentais».

Esta responsável europeia também afirmou estar convencida que o actual quadro financeiro dos Quinze (2000-2006) é suficiente para suportar o alargamento da UE a vários países da Europa Central e de Leste que passarão a receber ajudas estruturais importantes, a partir de 2004.

Michaela Schreyer insistiu que o futuro das ajudas estruturais aos países menos ricos

da UE é, até 2006, independente do processo de alargamento.

Em 2000, Bruxelas transferiu 650 milhões de contos para Portugal, tendo a parte de leão (481 milhões) ido para as acções estruturais (fundos estruturais e de coesão).

Os dados apresentados no relatório excluem as despesas administrativas e com a política externa (política humanitária e outras).

O produto nacional bruto (PNB) difere do produto interno bruto (PIB).

O PIB descreve toda a riqueza produzida dentro das fronteiras de um país, independentemente da nacionalidade dos agentes envolvidos nessa criação de riqueza; o PNB é igual ao PIB acrescido do rendimento dos nacionais obtido no exterior e deduzido do rendimento dos estrangeiros conseguido no território do país em causa. O PNB português é assim igual ao PIB mais os rendimentos dos portugueses (instituições, empresas e cidadãos) gerados no exterior, menos os rendimentos dos estrangeiros conseguidos em Portugal.

## SOARES ADMITE ALGUM SACRIFÍCIO DAS LIBERDADES DOS CIDADÃOS

O eurodeputado socialista Mário Soares refere, numa entrevista ao Diário de Notícias, publicada no dia 28, que a actual crise prova que os Estados Unidos não podem, sozinhos, governar o mundo e admite algum sacrifício das liberdades dos cidadãos no combate ao terrorismo.

O antigo Presidente da República admite que, na perspectiva de uma maior segurança, possa ser sacrificada «ponderadamente» alguma liberdade, mas «sem pôr em causa, obviamente, as garantias individuais, as liberdades fundamentais e os direitos humanos.

«Se for só alguma, ponderadamente, estaremos de acordo», disse Mário Soares, precisando: «Se for para além disso, será percorrer um caminho escorregadio e muito perigoso, que recuso».

Por outro lado, o antigo chefe de Estado defende que nenhuma acção militar deve ser desencadeada contra o Afeganistão, sem o apoio prévio da ONU.

Questionado sobre a conveniência de acabar com os paraísos fiscais para combater o terrorismo, Mário Soares disse não ter nada a opor, defendendo que, «ao menos, há que os tornar mais transparentes».

Por outro lado, «há muito tempo que deveriam ter sido reformuladas as instituições financeiras internacionais, herdadas de Bretton Woods», observou ainda o antigo chefe de Estado. A actual crise «prova que os EUA não podem, sozinhos, governar o mundo e fazer frente,



sozinhos, aos perigos emergentes do mundo novo que aí vem. Têm de o fazer com os seus aliados», salientou ainda.

Para Soares, «a ONU é - e continua a ser - a única fundamentação legítima da "ordem internacional"», que «não pode nem deve estar ausente de um problema tão grave como o combate ao terrorismo», disse Soares.

### Soares elogia Guterres e Sampaio

O antigo presidente saúda «a prudência dos Estados Unidos», considerando que este conflito não será como a Guerra do Golfo, pois «vai ser provavelmente uma luta de sombras, que implica sacrifícios de vidas e requer tempo». Elogia a actuação de António Guterres e de Jorge Sampaio, lembrando que por parte do Governo «houve prudência, sentido de oportunidade e inteligência» e que as declarações do primeiro-ministro lhe pareceram «em absoluto correctas».

## VITORINO DEFENDE POLÍTICA COMUM DE CONTROLO DE FRONTEIRAS

O comissário europeu António Vitorino defendeu no dia 28 «práticas comuns» de actuação face a fenómenos como a imigração ilegal ou o tráfico de seres humanos, apesar das políticas de vistos e fronteiras estarem ligadas à soberania dos Estados.

O comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos preferiu estas declarações durante um debate público hoje, em Bruxelas, sobre a luta contra o tráfico de seres humanos entre responsáveis da União Europeia (UE) e dos países candidatos ao alargamento. O debate decorreu à margem do Conselho de Justiça e Assuntos Gerais da UE durante o qual os ministros das duas pastas alcançaram um acordo político para aplicação da pena mínima de oito anos em determinados casos graves de tráfico de seres humanos.

Segundo António Vitorino, a Comissão terá como «grande prioridade» nos próximos meses apresentar uma proposta de gestão comum das fronteiras da União, envolvendo nesse processo os países candidatos e que poderá levar à criação de uma Guarda Fronteira Comum.

Depois dos atentados de 11 de Setembro contra os Estados Unidos, também neste domínio «a cooperação» se transformou no conceito-chave de actuação dos

Estados.

«O interesse comum impõe a necessidade da cooperação» em matéria de combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos (temas principais do debate), não só entre a UE e os países candidatos como também com países terceiros como a China, salientou António Vitorino. Antecipando os prazos do alargamento, o representante da República Checa defendeu a integração rápida dos países candidatos nas estruturas da União envolvidas na luta contra a criminalidade organizada e transfronteiriça, nomeadamente a Europol (polícia europeia) e o Eurojust (rede de cooperação judiciária dos Quinze).

O comissário português disse ainda apoiar a ideia de criar equipas conjuntas entre a UE e os países candidatos para partilha de experiências ou envolvimento em projectos-piloto de combate à imigração ilegal e outros fenómenos associados (tráfico de seres humanos e de droga, corrupção).

O desenvolvimento de um programa eficaz de protecção das testemunhas, a eliminação das lacunas legislativas e penais e melhor assistência às vítimas foram algumas das acções apresentadas durante o debate, no sentido de tornar mais eficaz o combate ao crime internacional organizado.

## NEGOCIAÇÕES DE ALARGAMENTO PROGRIDEM DE FORMA SATISFATÓRIA

As negociações de alargamento da União Europeia (UE) aos países da Europa central e oriental estão a progredir de forma «satisfatória» em relação ao planeado, revelou no dia 2 a Comissão Europeia.

De acordo com o balanço feito pelo comissário europeu responsável pelo alargamento, Gunter Verheugen, foram alcançadas posições comuns em relação aos nove pontos de negociação previstos para o primeiro semestre de 2001, pelo que estão provisoriamente concluídos.

Quanto aos outros nove pontos previstos para o segundo semestre de 2001, «os trabalhos estão relativamente bem avançados».

A União Europeia deverá, assim, durante este semestre, elaborar uma posição definitiva relativamente aos domínios do transporte, fiscalidade, agricultura, justiça e assuntos

internos e segurança nuclear.

Quanto a acordos, deverão ser concluídos com a maior parte dos 12 países candidatos os referentes à livre circulação de capitais e de pessoas.

Face a este balanço, a Comissão Europeia conclui que «as negociações de adesão estão a progredir de forma satisfatória» em relação ao que foi estabelecido no Conselho Europeu de Nice, em Dezembro de 2000. Refere ainda que a vontade da UE em elaborar «posições comuns nos prazos agendados, mesmo em domínios particularmente difíceis, mostra aos países candidatos que os seus esforços não são em vão».

Os progressos registados nas negociações de alargamento serão objecto de análise no próximo Conselho Europeu, que se realiza a 19 de Outubro em Gand (Bélgica).

## CRIAÇÃO DE SISTEMA PAN-AFRICANO DE MERCADOS

O comissário europeu do Comércio, Pascal Lamy, defendeu no dia 1 a necessidade de se criar um «sistema pan-africano» de mercados sem fronteiras para que África possa desempenhar «em pleno» o seu papel nas trocas comerciais mundiais.

Para Lamy, o acesso de África aos mercados europeus e mundiais passa, assim, pela «harmonização regional» no continente.

O comissário europeu falava aos jornalistas numa conferência de Imprensa em Nairobi, onde decorreu terça-feira uma reunião ministerial entre a União Europeia (UE) e os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). A reunião é preparatória de uma outra, também a nível ministerial, da Organização Mundial de Comércio (OMC), marcada de 9 a 13 de Novembro em Doha, Qatar.

Segundo Lamy, o diálogo entre a OMC e os países ACP está a «avançar», mas o

continente africano tem ainda falta de zonas económicas «ao nível dos mercados mundiais».

O comissário europeu do Comércio sublinhou, nesse sentido, que África tem de «desenhar as novas zonas económicas ao nível dos mercados mundiais» em regiões que integrem, pelo menos, 50 milhões de habitantes.

O acesso recíproco aos mercados entre a Europa e a África, acrescentou, pressupõe que os países africanos criem entre eles mercados sem fronteiras, iniciativa essa que, sublinhou Lamy, «necessita de ser bastante trabalhada».

«Nesse domínio, é ainda insuficiente a existência de mercados regionais nas África Oriental, Ocidental e Austral. O que é necessário é criar um sistema pan-africano», disse.

## OFENSIVA GLOBAL CONTRA O TERRORISMO

«Estamos ao lado dos Estados Unidos em todas as consequências que a sua reacção vá determinar», garantiu no dia 2 o ministro da Defesa. Esta posição foi expressa por Rui Pena, no final de uma reunião do gabinete de segurança para fazer o ponto da situação face aos últimos acontecimentos, e surge na sequência das provas irrefutáveis sobre a participação de Bin Laden nos atentados recebidas no dia 2 pelo Governo português.

**P**or outro lado, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, reuniu-se no dia 3, em Washington, com o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell. Na agenda do encontro esteve a crise internacional desencadeada com os atentados de 11 de Setembro, em Nova Iorque e Washington.

Entretanto, no quadro dos últimos desenvolvimentos a nível internacional, com as movimentações das tropas norte-americanas e britânicas envolvidas no maior segredo, há a destacar o facto de a NATO, pela primeira vez em 50 anos de história, activar a cláusula de segurança colectiva inscrita no artigo 5º do seu tratado fundador, o que é um sinal claro de que uma acção militar contra os talibãs no Afeganistão poderá estar iminente, bem como o discurso contundente contra os talibãs proferido por Tony Blair no Congresso do Partido Trabalhista, considerando que uma intervenção militar é inevitável. Entretanto, os 189 Estados-membros da ONU começaram na segunda-feira a debater os meios de reforçar a luta contra o



terrorismo, após a adopção pelo Conselho de Segurança de uma resolução prevendo sanções contra os países que não cooperem na campanha encabeçada pelos EUA. O debate da assembleia geral marca, segundo os diplomatas, a determinação da comunidade internacional para combater o terrorismo, três semanas após os atentados contra o World Trade Center, em Nova Iorque, e o Pentágono, em Washington, que fizeram mais de cinco mil mortos e desapareceres.

Como sinal da invulgar solidariedade entre

as organizações internacionais e a cidade de Nova Iorque, o «mayor» Rudolph Giuliani falou perante os delegados à Assembleia. O debate foi aberto no dia 1 pelo secretário geral da ONU, Kofi Annan, que sublinhou que só a Organização das Nações Unidas poderá conferir uma legitimidade

incontestada ao combate contra o terrorismo.

Sublinhou no seu discurso que o terrorismo é um desafio universal ao qual as Nações Unidas estão melhor colocadas para responder.

### UE congela contas de 27 pessoas e organizações

A Comissão Europeia propôs no dia 2 o congelamento das contas bancárias de 27 organizações e pessoas a título individual, suspeitas de apoiar e financiar actividades terroristas.

A proposta da Comissão aos Estados membros aplica-se às contas e transferências bancárias feitas no espaço dos Quinze.

O projecto de regulação permite aos Quinze agir com rapidez para bloquear as contas de agentes (individuais e colectivos) terroristas e, assim, impedir o financiamento do terrorismo.

Trata-se de mais uma medida que decorre das conclusões da Cimeira extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, realizada a 21 de Setembro, para analisar as consequências dos atentados contra os Estados Unidos e reforçar as medidas de segurança no espaço europeu.

A Comissão instou também o Parlamento Europeu a pronunciar-se com a maior urgência, de modo a que o Conselho de Ministros possa adoptar o texto legal no prazo de uma semana.

### Sampaio defende resposta «adequada e proporcional» ao terrorismo

A violência e a desumanidade dos ataques terroristas aos EUA exigem uma resposta adequada e proporcional da comunidade internacional que não seja um cheque em branco, defendeu o presidente da República numa entrevista à «Visão».

Jorge Sampaio sustentou que o combate ao terrorismo, que aumentou de forma brutal a fragilidade e a imprevisibilidade, deve ter um carácter intimidatório e preventivo, mas não deve atingir inocentes.

Neste combate, «Portugal não deve deixar de assumir claramente os seus compromissos internacionais», participando «em tudo, sem aventuréismos», afirmou.

O chefe de Estado considerou que a Lei de Defesa Nacional precisa de ajustamentos e defendeu que o Presidente da República não pode continuar sem «qualquer responsabilidade nas políticas de modernização, reestruturação e reforma das Forças Armadas».

«Eu não reivindicó nada, mas creio haver qualquer coisa que não está bem e que justifica ajustamentos», disse Sampaio.

«Tenho responsabilidades perante o País, os portugueses e os militares sem os correspondentes meios para as exercer», acentuou.

Para Jorge Sampaio, as Forças Armadas devem ser «pequenas, mais bem apetrechadas e com maior mobilidade», sendo necessário «definir qual o produto militar de excelência compatível com as disponibilidades orçamentais».

Sampaio reconheceu que a situação internacional gera «factores de imponderabilidade» que pioram a situação económica mundial e portuguesa e defendeu que «é indispensável retomar a confiança».

### Transferências de fundos provam culpabilidade de Bin Laden

Peritos dos Emirados Árabes Unidos descobriram a prova da culpabilidade de Usama bin Laden nos atentados do dia 11 de Setembro nos Estados Unidos graças à transferência de fundos, noticiou no dia 3 o jornal «British Mirror».

Três piratas do ar responsáveis pelo desvio de aviões em 11 de Setembro efectuaram transferências de vários milhares de dólares a favor de um financeiro de Bin Laden, dois dias antes dos atentados, refere o jornal.

Segundo as autoridades dos Emirados Árabes Unidos citadas pelo periódico britânico, trata-se de um excedente de fundos entregue pelos terroristas, que não foi utilizado, a um homem chegado aos Emirados Árabes Unidos no fim de Junho e que viajou para o Paquistão a 11 de Setembro, dia dos ataques terroristas.

Esse financeiro de Bin Laden, cuja identidade não foi divulgada pelos Emirados, segundo o «British Mirror», recebeu três transferências separadas no dia 9 de Setembro, num total de 15.000 dólares (cerca de 3200 contos).

Por outro lado, os Estados Unidos entregaram na terça-feira à NATO e aos aliados, incluindo Portugal, documentos classificados que apontam Bin Laden e a sua organização terrorista como responsáveis pelos hediondos atentados de 11 de Setembro.

SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Código da Estrada

## ALTERAÇÕES JÁ VIGORAM

O novo Código da Estrada entrou em vigor na passada segunda-feira, dia 1 de Outubro, reduzindo de 0,5 para 0,2 gramas por litro de sangue a taxa máxima de alcoolemia. Apesar de vigorar, este código revisito só verá algumas das suas alterações efectivamente aplicadas dentro de meses. É o caso da medição da velocidade média entre dois pontos de um itinerário e da ligação informática entre os IPO e a DGV.

**U**ma das mudanças com mais impacto é a redução da taxa máxima de alcoolemia. Ao contrário da anterior legislação, que fixava como máximo uma taxa igual ou superior a 0,5 gramas por litro de sangue (grs/l), a nova lei estabelece como máximo valores superiores a 0,2 grs/l, pelo que só serão punidos condutores com pelo menos 0,3 grs/l, como anunciou já o secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira. O novo Código da Estrada (CE) institui também o controlo da velocidade média entre dois pontos de um itinerário e a ligação entre os centros de Inspeção Periódica Obrigatória (IPO) e a Direcção-Geral de Viação (DGV), por forma a impedir que os condutores com coimas (multas) em atraso possam fazer a inspeção dos veículos ou a renovação da licença de condução. Define igualmente, entre outras medidas, a obrigatoriedade do pagamento das coimas no local da ocorrência para os automobilistas com histórico de multas em atraso, o rastreio de uso de drogas nos casos em que os condutores apresentem comportamentos que indiciem consumo, bem como o bloqueamento das viaturas indevidamente estacionadas. A DGV vai instalar no comando-geral da GNR e na direcção nacional da PSP terminais



informáticos ligados à sua base de dados que permitirão às patrulhas das duas forças policiais, via rádio, averiguarem se os condutores fiscalizados têm ou não multas em atraso. Caso isso aconteça, o condutor é obrigado a pagar no local as coimas em dívida, bem como o valor mínimo da nova multa. Pode também deixar uma caução sob o valor máximo de coima da infracção que cometeu, sendo o remanescente devolvido logo que seja estabelecido o valor da multa. O pagamento será feito em dinheiro. Caso o automobilista não possua a quantia consigo poderá deslocar-se a um terminal multibanco ou deixar como caução a licença de condução por um período limitado. Este processo já é utilizado em Portugal relativamente a cidadãos estrangeiros que cometem infracções ao CE. Em declarações à Imprensa, o secretário de Estado da Administração Interna garantiu que no passado dia 1 entrariam em vigor todas as alterações, mas admitiu que, apesar de legalmente em vigor, algumas das medidas não poderão ser aplicadas de imediato, levando mesmo meses até que tal seja

possível. Segundo Rui Pereira, é possível aplicar desde segunda-feira a redução da taxa de alcoolemia, o novo esquema de notificações, através do regime simplificado por via postal simples, a actualização dos exames de condução, assim como o sistema de bloqueamento

do tipo de equipamento, terá de existir um processo de certificação, a cargo do Instituto Português da Qualidade (IPQ), a que se segue a compra, através de concurso público internacional, processo que habitualmente leva mais de seis meses a ser concretizado. «A aquisição desse material só será feita, evidentemente, depois da certificação, porque senão seria uma compra inútil», reconheceu. «Poderá levar algum tempo, não posso estabelecer um prazo porque não depende propriamente de mim, mas o tempo necessário para que o IPQ, através deste conjunto de experiências que vai ser levado a cabo, se certifique da fiabilidade e da credibilidade do sistema».

### Respeitar todas as regras

Relativamente ao concurso internacional, Rui Pereira disse que é necessário «respeitar todas as regras» e sublinhou que «não havia outro método de aprovar a medida». «Primeiro teve que ser aprovada legalmente a possibilidade de fiscalizar a velocidade média e só depois implementada através deste processo de certificação», acrescentou. O secretário de Estado afastou a hipótese de vir a existir uma sinalização que informe os condutores de que o percurso está ao abrigo do controlo de velocidade média, considerando que «isso faria perder a eficácia preventiva da medida». No que respeita à ligação dos centros de inspeção, Rui Pereira adiantou que «está a ser desenvolvido trabalho pela Direcção-Geral de Viação no sentido de permitir que a base de dados se articule com os IPO, para permitir que a medida seja aplicada». Quanto aos prazos, Rui Pereira declarou: «Não posso dizer quanto tempo poderá demorar, mas é um trabalho que já está a ser feito e que pressupõe apenas ao nível informático a adopção de algumas medidas que são perfeitamente exequíveis».

SEGURANÇA SOCIAL

Exclusão

## LINHA 144 JÁ RESPONDE

A Linha de Emergência Social, 144, destinada a dar uma «resposta imediata» a situações de risco e de exclusão, entrou no dia 30 em funcionamento e conta para já com cerca de 120 técnicos dedicados exclusivamente ao projecto.

**A** partir das 18 horas, pessoas em situações de emergência como crianças ou idosos abandonados e mulheres maltratadas passam a ter «imediatamente um local onde ficar quando estiverem numa situação de

risco», disse o secretário de Estado da Segurança Social. Um «call-center» sediado em Lisboa e constituído por psicólogos, juristas e assistentes sociais atenderá e fará a triagem das chamadas para o 144, acionando de seguida as equipas distritais de apoio e todos os mecanismos necessários a ajudar a pessoa em risco. Integrada no conjunto de respostas do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, o 144 tem como objectivo dar resposta imediata a qualquer cidadão em risco num qualquer ponto do território nacional e conta com o apoio, para acolhimento, de várias

organizações Não Governamentais como as Instituições Particulares de Solidariedade Social. A funcionar 24 horas por dia, 365 dias por ano, o 144 está ligado em «rede e conjugação de esforços» com outras oito linhas de apoio social existentes no país como, por exemplo, o SOS grávida, SOS criança, ou serviço de informação a mulheres vítimas de violência. «É uma linha que vai proporcionar uma resposta imediata a situações de emergência sem prejuízo a que o processo seja depois analisado e acompanhado pelas autoridades competentes», disse o

responsável. Simões de Almeida considerou a Linha de Emergência Social «mais uma porta de entrada para as situações que carecem de apoio social e uma resposta complementar de todos os apoios sociais existentes». O acolhimento das pessoas está, contudo, dependente da «vontade de cada um» (exceptuando crianças) e, nos casos em que for impossível prestar apoio em instituições existentes, os centros distritais de Solidariedade e Segurança Social podem, inclusivamente, «alugar quartos de hotéis ou pensões», referiu um responsável pelo projecto.

## PORTUGAL E ESPANHA JUNTOS CONTRA O TERRORISMO

**P**ortugal e Espanha estão juntos na luta pela erradicação do terrorismo no mundo, assim o manifestaram, no dia 30, os seus chefes de Governo, António Guterres e José Maria Aznar, respectivamente, no final de uma visita privada à Região Autónoma da Madeira.

Os dois chefes de Governo de Portugal e Espanha, ao terceiro e último dia de uma visita privada à Madeira, tiveram um encontro com a Comunicação Social, no qual manifestaram os propósitos dos dois países em lutar contra o terrorismo e cumprir, a este propósito, as resoluções emanadas da União Europeia, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e de dar expressão à solidariedade bilateral de cada um dos países para com os Estados Unidos.

António Guterres e José Maria Aznar realçaram ainda as «excelentes» relações entre os dois países e manifestaram igualmente a convergência existente em questões da União Europeia. Agradeceram ainda a hospitalidade madeirense.

«Temos um compromisso aberto e firme de colocar todos os nossos esforços para erradicar o terrorismo», disse José Maria Aznar quando confrontado com a actual situação política internacional depois dos atentados nos Estados Unidos.

Esta ideia foi igualmente corroborada pelo primeiro-ministro português, António Guterres: «Nós temos ideias exactamente idênticas acerca da necessidade de



erradicar aquilo que é um flagelo para a humanidade, que é intolerável num mundo civilizado do século XXI», sublinhou.

Quanto à presidência espanhola da União Europeia no primeiro semestre de 2001, António Guterres manifestou a esperança que as questões respeitantes às regiões ultraperiféricas, nas quais se incluem os Açores, a Madeira e as Canárias, possam ser resolvidas.

«A Espanha e Portugal trabalharam sempre em conjunto nas questões relacionadas com as regiões ultraperiféricas, temos

uma cooperação já muito antiga e com êxito em benefício das Canárias, da Madeira e dos Açores», frisou.

Por isso, António Guterres disse ter «uma grande esperança na presidência espanhola não apenas nesse aspecto, mas em todos os outros e nomeadamente no desenvolvimento das questões que têm a ver com a competitividade da Europa e a capacidade da Europa se afirmar no plano económico em termos de emprego, competitividade, de criação de riqueza e a presidência espanhola tem um programa

muito ambicioso que tem todo o nosso apoio».

### Cimeira luso-espanhola no final do ano

Por seu lado, José Maria Aznar adiantou que a Cimeira luso-espanhola será realizada antes do final deste ano para debater com antecedência a presidência espanhola da União Europeia, nomeadamente temas como as consequências da crise internacional, o desenvolvimento de um espaço de segurança e justiça comum, a continuidade da estratégia de Lisboa e o processo de reformas de competitividade económica e social da Europa.

Os chefes de Governo de Portugal e Espanha passaram um fim-de-semana privado na Madeira, na companhia das suas mulheres e filhos, onde puderam apreciar as belezas naturais da região.

A parte da manhã foi aproveitada para um banho de mar no Reid' Palace Hotel.

Os dois chefes de Governo dirigiram-se, depois, para a estalagem «Quinta da Bela Vista», onde almoçaram e tiveram o encontro com a Comunicação Social.

Na ocasião, António Guterres frisou que as relações entre Portugal e Espanha são «exemplares» e «quando entre dois povos há uma aproximação cada vez maior, de povos irmãos, e quando recebemos os amigos, gostamos de lhes poder dar o melhor que temos e a Madeira é, seguramente, uma das coisas melhores que há em Portugal».

## SAMPAIO FAZ «MARATONA» DE RECONHECIMENTO

**J**orge Sampaio fez questão de reconhecer publicamente, no passado dia 2, o mérito dos atletas portugueses medalhados este ano em competições internacionais.

Há muito tempo que o Presidente da República tinha intenção de homenagear os vários desportistas portugueses que se destacaram no panorama internacional.

«Quero reconhecer o esforço, empenho e categoria que levaram estes desportistas a conseguir vitórias muito difíceis, e para as quais juntaram o rigor, a disciplina, o treino e muito sacrifício», afirmou.

Numa cerimónia simples, que incluía um almoço-convívio, o chefe de Estado pretendeu reconhecer os feitos dos desportistas portugueses, já que «são um exemplo e um estímulo importante para os jovens» e, por vezes, são «aqueles de quem menos se fala».

Todos os desportistas presentes se sentiram

orgulhosos pela homenagem prestada.

A marchadora Susana Feitor, medalha de prata nas Universíadas e companheira de corrida de Sampaio na mini-maratona de Portugal, considerou ser «uma enorme honra» ser reconhecida pelo Presidente da República e, ainda por cima, ser a única mulher presente na cerimónia, já que Nédia Semedo (800 metros) faltou.

A campeã nacional decidiu oferecer a medalha que conquistou em Pequim, a mascote das Universíadas «Lala» e umas sapatilhas para que o Presidente não perca o vício de correr e para que possa contagiar mais gente para a prática do desporto.

«É o reconhecimento da pessoa mais importante do nosso país, pelo que me sinto muito orgulhosa», declarou.

Carlos Calado, medalha de bronze no salto em comprimento nos mundiais de pista coberta e ao ar livre, tinha uma dupla responsabilidade, pois era o único presente

que conquistou duas medalhas no mesmo ano.

«Estar aqui significa muito, por ser um convite do Presidente da República, que considero que fizemos algo de bom e valioso para o País», referiu.

Em relação às vitórias internacionais alcançadas esta temporada, o campeão nacional de salto em comprimento admitiu ser um forte candidato às medalhas nos dois próximos europeus de atletismo: de pista coberta (Viena) e ao ar livre (Munique).

Para o velejador Gustavo Lima, vice-campeão mundial na classe Lazer Standard, foi igualmente uma grande honra ser recebido por Jorge Sampaio no Palácio de Belém.

«Sinto-me finalmente reconhecido por todo o trabalho que fiz na época de 2001», frisou o velejador, para quem este tipo de convívio é «muito importante para os desportistas que são menos conhecidos, menos

representados».

Em nome do Sporting de Espinho – que na época passada venceu a Top Teams Cup de voleibol masculino – falou o voleibolista Miguel Maia.

«É um reconhecimento importante, especialmente por ser uma modalidade de pavilhão a conseguir uma vitória tão significativa», disse.

Para Miguel Maia, a discrepância entre Portugal e o resto da Europa é muito grande, nomeadamente no voleibol.

«Os apoios não são muitos, não há tradição e temos sempre que lutar com equipas da Europa central, que têm orçamentos idênticos ao futebol. Este foi o primeiro grande êxito do voleibol nacional e é difícil haver mais nos próximos tempos», sublinhou.

Muitos dos desportistas convidados aproveitaram a ocasião para ofertar algumas coisas ao Presidente da República e incentivá-lo a continuar a fazer desporto.



#### Abrantes

##### Novo quartel dos bombeiros municipais

A Câmara Municipal de Abrantes vai adjudicar a elaboração do projecto de execução do quartel dos bombeiros municipais de Abrantes.



A autarquia lançou o concurso público para a elaboração do referido projecto, tendo o anúncio já sido publicado no «Diário da República».

O novo quartel vai ficar localizado na zona do parque industrial, tratando-se de um investimento superior a meio milhão de contos.

#### Albufeira

##### Verão Desportivo

Sob o lema «Férias sãs em corpo são», o programa «Verão Desportivo», organizado pela Câmara Municipal de Albufeira, decorreu este ano com duas vertentes: programa de praia e programa de cidade.



O programa de cidade foi constituído por diversas escolas municipais: de futsal, de voleibol, de badminton, de ginástica, de andebol, de basquetebol e street-basquet. Por sua vez, o programa de praia decorreu nas praias dos Pescadores e Salgados, e incluiu diversas modalidades, como ténis, ginástica, aeróbica, voleibol, basquetebol e jogos infantis.

#### Amarante

##### Câmara instala Internet nas escolas do 1º ciclo

A Câmara Municipal de Amarante continua

apostada numa política de fomento nas novas tecnologias, em particular junto dos mais novos.

Até ao final desta semana, 69 das 75 escolas do 1º ciclo do ensino básico de Amarante ficarão equipadas com computadores multimédia e ligação à Internet, depois de, durante os meses de Verão, ter sido feita a instalação de linhas RDIS.



As seis escolas onde falta instalar as linhas de dados, deverão estar em condições de receber os computadores até ao final do mês.

A instalação de computadores e impressoras naqueles estabelecimentos de ensino está a ser feita no quadro de um protocolo celebrado com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

#### Lisboa

##### Bairros sociais ganham creches e centros para idosos

Dois bairros sociais de Lisboa contam desde a semana passada com novos espaços destinados a apoiar desde os mais jovens, através da abertura de mais creches, até aos mais idosos com a inauguração de centros de dia.



A câmara de Lisboa inaugurou dois novos equipamentos sociais nas freguesias da Marvila e de Santa Maria dos Olivais.

O Equipamento Social Polivalente do Condado, situado em Marvila, integra uma creche, jardim-de-infância e um «atelier» de tempos livres.

A gestão destes serviços fica a cargo do Centro Social Paroquial de Sº Maximiliano Kolbe.

O novo equipamento tem ainda uma unidade de saúde comunitária que deverá desenvolver projectos nas áreas da Saúde Pública Mental, materno-infantil e oral.

Apesar de construído pela autarquia, a gestão desta unidade de saúde ficará a cargo da Administração Regional de Saúde. Na freguesia de Santa Maria dos Olivais foi também inaugurado o Equipamento Social Polivalente do Casal dos Machados que terá uma creche, um centro de dia e um serviço de apoio domiciliário.

A gestão fica a cargo da Associação Vida Abundante.

#### Loulé

##### Autarquia assinala Dia Mundial do Turismo

No quadro das comemorações do Dia Mundial do Turismo, que se assinalou no dia 27 de Setembro, a Câmara Municipal de Loulé levou a cabo diversas acções nos principais pólos turísticos do concelho.



Nesse sentido, a edilidade fez alguns contactos com os directores hoteleiros e de restauração no sentido de manifestar o seu apreço pelo trabalho que tem sido desenvolvido nesta área empresarial.

#### Penha de França

##### Boletim informativo

Saiu mais um número do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França. Nesta edição, referente a Setembro, o destaque vai para um suplemento sobre ambiente, de quatro páginas, impresso em papel reciclado.



Trata-se de um suplemento que pretende ser um guia, que reúne um conjunto de sugestões, informações úteis e conselhos práticos, no quadro de uma política de educação ambiental que a Junta de Freguesia da Penha de França tem vindo a

implementar, em especial junto dos mais novos.

O boletim, já distribuído por toda a população da Freguesia, dá, como habitualmente, uma completa informação sobre as numerosas realizações promovidas pela Junta, sendo de salientar as iniciativas destinadas aos idosos e crianças, como idas à praia da Costa de Caparica e estadas na Colónia Balnear Infantil de «O Século». Destaque ainda para um concurso de fotografia e a iniciativa ambiental «Penha de França Florida», que visa estimular a participação da população da Freguesia no cultivo de flores em pequenas áreas da sua responsabilidade (varandas, janelas, jardins, alpendres, pátios).

#### Jovens na Colónia «O Século»

A Junta de Freguesia da Penha de França proporcionou a um grupo de crianças, a exemplo de anos anteriores, uma estada de dez dias na Colónia Balnear Infantil de «O Século», em São Pedro do Estoril.

Assim, de 14 a 24 de Agosto, os mais novos, no período das suas férias escolares, tiveram na colónia um programa preenchido com diversas actividades multidisciplinares.

As crianças visitaram ainda o Parque das Nações e a Feira Popular de Lisboa.

#### Sintra

##### À descoberta do euro

A semana «À descoberta do euro», que decorre desde o dia 2 a 7 de Outubro próximo, é organizada pela Câmara Municipal de Sintra em parceria com diversas entidades.



Durante a semana «À descoberta do euro», decorrem na zona fronteiria ao Palácio Nacional de Sintra diversas actividades culturais, divulgativas e desportivas abertas a toda a população do concelho.

Durante o período em que decorre esta iniciativa, estarão presentes em Sintra diversos «stands» onde se disponibilizará informação sobre a nova moeda.

Serão igualmente realizados, durante a semana do evento, diversos seminários de formação e sensibilização, destinados a vários segmentos da população, como os idosos, os consumidores, os comerciantes e os funcionários das autarquias locais.

## PS EM MOVIMENTO

### ALMODÓVAR

#### Cabeças-de-lista do PS

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, criticou no dia 30, em Almodôvar, a estratégia traçada pelo PSD para as eleições naquele concelho, a qual «tem mais a ver com interesses partidários em Lisboa».

Jorge Coelho falava naquela vila do distrito de Beja durante a apresentação dos cabeças-de-lista do PS à Câmara Municipal (Manuel Ribeiro), Assembleia Municipal (António Saleiro) e assembleias de freguesia nas autárquicas de 16 de Dezembro.

Perante largas centenas de apoiantes da candidatura socialista, o dirigente nacional do PS referiu que o PSD está apostado em ganhar a autarquia apenas para deter maior número de Câmara Municipais na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

«Aqui que temos visto em Almodôvar nos últimos tempos é uma realidade de um líder de um partido. O líder do PSD tenta fazer de Almodôvar uma luta que tem mais a ver com estratégias políticas e com os seus interesses partidários em Lisboa do que com as aspirações da população deste concelho», afirmou Jorge Coelho.

O PSD, que apresenta como cabeça-de-lista um independente e ex-comunista, António Sebastião, está a utilizar Almodôvar, segundo o mesmo dirigente do PS, «para ter um apoio a uma guerra que é nacional».

«É por isso que a confusão e a balbúrdia aqui são totais. Pretende-se instalar a confusão apenas para conseguirem alcançar aquilo de que estão ávidos e que é o poder pelo poder», sublinhou ainda Jorge Coelho, que falava num concelho em que o PS sempre foi a força política mais votada.

Apesar de a Câmara Municipal sempre ter sido do PS, a batalha política para as autárquicas que se avizinhava começa a estar ao rubro, devido também aos resultados eleitorais de 1997 (apenas nove votos separaram PS e PSD).

As críticas ao PSD a nível local foram uma constante nos discursos da cerimónia socialista, com Jorge Coelho a pedir aos presentes ponderação e reflexão no momento do voto.

«Os partidos da oposição, como a CDU e o PSD, já experimentaram de tudo. Um candidato que hoje é de um partido e já foi várias vezes de outro mas, como não conseguia ser eleito, mudou para ver se agora consegue. Não vão nisso», disse.

### LOULÉ

#### Jantar de apoio a Vítor Aleixo

A Comissão Política Concelhia do PS/Loulé, num comunicado, «congratula-se com o apoio manifestado a Vítor Aleixo, por cerca de 2200 pessoas do concelho, naquele que constituiu o maior jantar de apoio alguma vez realizado no Algarve a uma candidatura autárquica».

O PS/Loulé «torna público o seu apreço e reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido pelo actual presidente da Câmara, Vítor Aleixo, na certeza que os destinos do concelho estão em boas mãos e que os municípios saberão reconhecer, no próximo acto eleitoral, todo o trabalho desenvolvido e as vantagens da sua continuidade».

### MATOSINHOS

#### Narciso Miranda recandidata-se

O presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Narciso Miranda, apresentou sábado à noite a sua recandidatura ao cargo, afirmando que o seu próximo mandato colocará uma pedra sobre o que foi feito até agora e que tudo «vai começar de novo».

Falando num jantar com a participação de mais de duas mil pessoas, que serviu de apresentação da sua recandidatura a um nono mandato autárquico (oitavo como presidente da Câmara Municipal), Narciso Miranda afirmou: «Bem sei que talvez alguns tivessem pensado que seria para mim uma grande vontade. Não, enganaram-se. Não tenho frustrações».

«É verdade que outros me queriam chamar, mas também é verdade que, no fundo, sou eu quem decide a minha própria vida», frisou.

Narciso Miranda, um dos autarcas-modelo do PS, que contou com a presença de vários membros e ex-membros do Governo e dirigentes socialistas, virou-se então para as suas propostas para um novo mandato, que, garantiu, serão uma ruptura em relação ao passado.

#### Ruptura com o passado

«Vou partir hoje à procura de novas ideias. É na qualidade urbana, social, ambiental e cultural que vou apostar nos próximos anos», afirmou, referindo-se ainda a novas respostas não para os velhos problemas mas para os novos que a sociedade vai trazendo.

Apesar de afirmar «não ter adversário para este desafio», o candidato socialista manifestou o «receio de que as pessoas não se mobilizem, de que pensem que em Matosinhos está tudo resolvido».

Narciso Miranda recebeu rasgados elogios do coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, que afirmou mesmo contar com ele para outras funções caso precise de o chamar para tal. Jorge Coelho recordou que, ainda muito antes de ser filiado no PS (o que só ocorreu em 1983), já admirava o trabalho autárquico «de referência» de Narciso Miranda, que classificou como um dos seus maiores amigos.

«Assim vale a pena estar na vida pública e política», acrescentou. José Lello, Augusto Santos Silva, Alberto Martins, Francisco Assis, Correia Campos, Armando Vara, Fausto Correia, Maria de Belém Roseira, João Cravinho e a líder da JS, Jámila Madeira foram alguns dos socialistas que estiveram presentes no jantar de recandidatura do camarada Narciso Miranda. Nas eleições autárquicas de 1997, o PS venceu em Matosinhos com 62,47 por cento dos votos, tendo o PSD obtido 22 por cento, a CDU 7,18 por cento e o CDS/PP 3,57 por cento.

### PORTO

#### Nuno Cardoso desiste

Um partido, por mais democrático que seja, tem regras, nomeadamente na escolha de candidatos aos órgãos autárquicos.

O socialista Nuno Cardoso desistiu da candidatura independente à Câmara do Porto.

Depois de manter por algum tempo a incerteza sobre uma candidatura independente contra o camarada Fernando Gomes - escolhido democraticamente pelos órgãos próprios do partido para ser o candidato socialista à Câmara do Porto -, Nuno Cardoso invocou a «total fractura da cidade e o grande divisionismo» que seria candidatar-se como independente para justificar a desistência. O presidente da Federação Distrital do Porto do PS, camarada Narciso Miranda, congratulou-se com a decisão de Nuno Cardoso, afirmando que, com as candidaturas definidas, há que «partir para o trabalho».

Por sua vez, o coordenador da Comissão Permanente do Partido Socialista, Jorge Coelho, avisou a Federação do Porto que os ataques pessoais têm de terminar, considerando «importante e positiva» a decisão de Cardoso.

«É hora de haver estabilidade e concórdia, para que as pessoas do PS trabalhem em conjunto e alcancem os seus objectivos», comentou Jorge Coelho.

### VALE DE CAMBRA

#### Rosa Maria Albernaz é candidata

O PS não podia ter escolhido melhor. A camarada Rosa Maria Albernaz é a candidata socialista à presidência da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

Na apresentação pública da sua candidatura, que decorreu no dia 21 de Setembro, no auditório da biblioteca municipal de Vale de Cambra, a camarada Rosa Maria Albernaz, que concorre sob o lema «Novas vontades – outros horizontes», prometeu que auscultará agora e durante o mandato «todos os cidadãos nas suas casas, toda a população na sede das suas associações e colectividades, todas as pessoas na sua empresa e na sua escola», acrescentando que será «uma representante de Vale de Cambra, legítima, formalmente e continuamente legitimada para defesa das questões mais caras a todos».

Depois de identificar as principais carências e desequilíbrios de Vale de Cambra, a camarada Rosa Maria Albernaz prometeu um trabalho «incansável na melhoria das condições de vida daqueles que mais sofrem e que menos instrumentos têm para poderem vingar num mundo de individualismo e de competição como o que temos hoje».



### Secretariado Nacional PS mandata Ministério para regulamentação de Lei de Bases da Segurança Social

O Secretariado Nacional do PS mandou no dia 27 o Ministério do Trabalho e da Solidariedade para continuar a regulamentação da lei de bases da segurança social, que garante o funcionamento do sistema pelo menos até 2044.

Após uma reunião da Comissão Permanente do partido com deputados que compõem a comissão de trabalho, elementos da central sindical UGT e a equipa do Ministério, a porta-voz Maria de Belém afirmou aos jornalistas que os contactos com os parceiros sociais vão continuar. O PS quer o «reforço do sistema, combate à fraude e rigor na aplicação» do sistema de Segurança Social.

A regulamentação que está a ser feita supõe aumentos de pensões de acordo com os aumentos de salários e prevê que a partir de um certo limite de ordenado, o contribuinte decida se quer continuar a descontar, abrindo-se a possibilidade de «complementar noutro sistema» os seus descontos.

A questão foi levada ao Secretariado Nacional do PS pelo ministro do Trabalho e Solidariedade, Paulo Pedrosa, que está a preparar medidas no âmbito da reforma da Segurança Social. Paulo Pedrosa pretendeu, assim, obter o apoio do PS para a reforma da Segurança Social em curso, designadamente o esquema de plafonamento opcional de pensões muito elevadas no cálculo das pensões.

## VOLUNTARIADO E O NOVO MILÉNIO

**A** Juventude é um tempo de generosidade, é o momento do posicionamento na vida e o tempo certo para abraçar grandes causas. Os movimentos de solidariedade crescem com uma juventude ávida de participação. Mas nem sempre a sociedade responde à avidez dos jovens ou por não acreditar na força que eles transportam ou pelo medo de se confrontar com a energia e a afirmação que a juventude também transporta. Os valores de solidariedade e cidadania devem ser valores que transitam de geração para geração e é aos jovens que temos que, por um lado deixar o nosso legado e por outro lado abrir-lhes o caminho para um real desempenho de valores de liberdade, cidadania e respeito pelo outro. O voluntariado abre todos esses caminhos e está provado que os voluntários são uma força construtora e construtiva e que o papel que desempenham é insubstituível.

A «felicidade aparente» em que muitos jovens vivem tem como consequência uma imensa frustração e revolta para com o «mundo dos adultos» que conquistaram afectos através do consumismo. Nos grandes momentos da História são outros os valores. Nova lorque é um bom exemplo. Há sempre momentos em que somos obrigados a reflectir sobre o valor da vida e a nossa posição no mundo.

Portugal é um país pouco aberto e que valoriza pouco o espírito e a força que o voluntariado pode ter na evolução social. Urge valorizar e realçar todos os que dão parte de si e do seu tempo em prol da construção de uma sociedade mais justa e



com menos desequilíbrios sociais. A criação do espírito de partilha e de responsabilidade fazem parte de uma imensa aprendizagem da vida. O contacto humano e a convivência com o diferente é uma nova aprendizagem. Aqueles que criticam o valor da solidariedade e da partilha colocam-se afinal na posição egoísta e irracional de que é o estado que deve resolver problemas que são afinal e também de toda a sociedade civil.

O tecido empresarial das sociedades modernas deve colocar-se noutra sentida e em novas perspectivas de desenvolvimento. Uma empresa socialmente responsável

deve ter a noção de que os seus compromissos devem estar para além da sua cadeia produtiva. Além de zelar pelos seus funcionários e clientes o empresariado deve compreender que tem que contribuir para o bem-estar a qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e o desenvolvimento comunitário.

O voluntariado empresarial pode levar à melhoria da imagem pública de uma empresa, é um instrumento de divulgação e uma forma de a mesma se envolver na comunidade, criando um fortalecimento e um aumento de confiança na própria empresa.

A mudança pode depender de cada um de nós mas também de um grupo.

Vivemos num momento de ruptura histórica e o voluntariado é a alternativa. Não se pode falar de altruísmo, valorização do indivíduo, qualidade de vida e felicidade sem optar pela construção de um novo espírito de cidadania. Viver uma aventura colectiva, a nova epopeia, é ajudar a mudar a sociedade e o mundo. Trabalho voluntário é a maneira pela qual, cidadãos se mobilizam e agem para melhorar a qualidade de vida. Neste processo é imprescindível a participação dos jovens. Quem faz o que deve devia já o que fez...

## TAMBÉM É CONNOSCO

**A** queles aviões explodiram dentro das nossas casas e destruíram uma parte de todos nós, os que partilhamos um conjunto de valores baseados no primado do homem e no respeito pela vida. Não foram só as torres do World Trade Center que foram destruídas. Com elas ruiu uma certa ordem internacional e um certo conceito de segurança. Mais do que um novo Pearl Harbor, mais do que um acto de terrorismo sem precedentes, o ataque ao coração económico, político e militar dos Estados Unidos tem uma carga simbólica que deve ser vista como um acto de guerra. De um novo tipo de guerra, que põe em causa a própria ideia tradicional da guerra e da paz. Um novo tipo de guerra em que não se sabe ao certo onde está o inimigo, mas em que todos podem ser os alvos. Não propriamente a guerra das estrelas, em que tanto se tem empenhado o Presidente Bush. É a guerra aqui, na Terra, nas nossas vidas, nas nossas

casas, na nossa ideia de um certo mundo e de uma certa ordem. Tudo foi posto em causa. A começar pelo sentimento da intangibilidade dos Estados Unidos. Como é possível que a mais poderosa nação do mundo seja afinal tão vulnerável? Talvez o século XXI tenha começado verdadeiramente agora. A queda do muro de Berlim pôs fim ao equilíbrio do terror, mas não trouxe consigo a prometida era de paz, democracia e desenvolvimento. As duas superpotências já não controlam o mundo. As forças estão descontroladas. O equilíbrio do terror deu lugar à globalização do medo e do terror. Por isso este novo tipo de guerra põe em causa a segurança de todos. Criticámos muitas vezes os Estados Unidos e as suas pretensões hegemónicas. Alertámos contra o risco de um mundo unipolar e contra a arrogância do poder militar e económico. Mas há momentos em que é preciso tomar partido e saber sem ambiguidades de que lado se está. Tal como

os americanos estiveram com os europeus contra o nazismo, também esta é a hora de todo o mundo civilizado, incluindo a Rússia e os próprios países árabes moderados, cerrarem fileiras ao lado dos Estados Unidos contra o fanatismo e a barbárie terrorista. E é também a hora de reflectir sobre os nossos próprios erros e responsabilidades na desordem do mundo. Sobre a auto-satisfação e a ideia de onipotência que criaram nos ocidentais um sentimento de impunidade.

Não foi apenas o coração dos Estados Unidos que foi atingido. Foi o nosso próprio coração de homens e mulheres livres, para quem a vida humana é o primeiro de todos os valores. A resposta ao terrorismo implica também a crítica aos falções e àqueles que, como Ariel Sharon, ordenam execuções extrajudiciais, o que é uma forma de terrorismo de Estado. Não há solução no Médio-Oriente que não passe pela

neutralização dos extremismos de ambos os lados. Não há extremismos bons e extremismos maus. Todos engendram o fanatismo e a intolerância, que são a fonte de todos as formas de terrorismo. Quer se queira quer não, este novo tipo de guerra também é connosco. E por isso não adianta disfarçar. A preparação para este novo combate deve começar pela mobilização moral contra os excessos de consumismo e facilidade do nosso modo de vida, à custa da exclusão de uma grande parte da humanidade. Porque é também isso que está em causa.

Aprenda-se com o civismo, a serenidade, a determinação e a coragem do povo americano. Que cada um de nós saiba repetir para si mesmo as palavras de Colin Powell: «Podem destruir edifícios e matar pessoas, mas não podem matar o espírito da democracia».

In-Expresso, 15-09-2001





POLÍTICA

Jorge Coelho

## A OPÇÃO JUSTA



**F**ace à instabilidade externa, é necessário resolver o que no âmbito interno faz com que a confiança dos portugueses no seu futuro seja positiva e gere tranquilidade e segurança.

Uma das questões centrais para a salvaguarda desse futuro é a Segurança Social.

O Governo do PS aprovou uma reforma com uma dimensão que ficará na história. Ao longo dos últimos anos, tem sido levada a cabo uma reforma da Segurança Social que constitui um exemplo de como tem sido possível concretizar reformas estruturantes, de forma gradual, participada e com total transparência.

Depois do trabalho e do processo que conduziu à aprovação da Lei de Bases Solidárias e Segurança Social, esta tem vindo a ser regulamentada de modo a efectivar uma reforma capaz de garantir a sustentabilidade futura do sistema e um aprofundamento dos níveis de protecção social a ele associados. É este duplo objectivo estratégico que faz com que esta seja uma reforma baseada no reforço da protecção, no rigor da administração e na responsabilidade dos cidadãos.

Reforço da protecção bem claro na política sustentada mas realista de aumento das pensões, em que a pensão mínima do Regime Geral, para quem contribuiu ao



longo de 40 anos, cresceu 84,1 por cento e nos recentes aumentos extraordinários das pensões sociais e do regime agrícola. Ou ainda na recente criação do segundo escalão do subsídio familiar para famílias necessitadas, ainda que não sendo as mais pobres, para já não falar no Rendimento Mínimo Garantido.

Responsabilidade dos cidadãos no combate à fraude e nunca como hoje se combateu tanto a fraude.

Rigor porque o Estado cumpre hoje as suas obrigações em matéria de Segurança Social, ao contrário do que sucedia no passado. Rigor porque há provas evidentes de empenho na eficácia do sistema, como já este mês foi demonstrado pela entrada em

pleno funcionamento das novas secções de execução da Segurança Social, que vêm triplicar a capacidade processual de 10.000 para 30.000 processos concluídos e quadruplicar o montante de dívida recuperada por ano de 12,5 milhões para 50 milhões de contos;

O resultados destas medidas é bem evidente: em 1995 falava-se da falência da segurança social pública, hoje, discutem-se as modalidades do seu aprofundamento e o horizonte da sua sustentabilidade.

É mais um passo decisivo neste sentido que está agora em cima da mesa: a fórmula de cálculo das pensões. E, nesta matéria, estão hoje identificados os cenários possíveis. A Assembleia da República fixou a totalidade da carreira contributiva como a base de cálculo para a pensão, um prémio à responsabilidade dos cidadãos para que contribuam ao longo da vida e um garante da equidade e de justiça porque diminuem as possibilidades de manipulação de alguns. Falta agora definir o modelo de transição para o novo sistema, e essa é uma questão-chave, um passo que em larga medida fecha o ciclo desta reforma.

Dos cenários apresentados pelo Governo aos parceiros sociais, há três que garantem a sustentabilidade do sistema.

Para que seja possível o acordo com os parceiros sociais, deve-se dar aos cidadãos o direito de optarem por canalizar para

regimes complementares os descontos referentes à parte das remunerações que excede os 12 salários mínimos. Esta proposta não põe em causa a sustentabilidade do sistema, condição essencial. Por outro lado, a prioridade do sistema público não é o segmento da população que, a preços de hoje, auferem mais de 800 contos mensais. Todavia, tal só deve acontecer tratando-se de um limite opcional às contribuições, em que há liberdade de escolha e quem quiser pode continuar a descontar para a sua pensão no sistema público. Ou seja, em que não é imposta nenhuma das duas opções.

O que está em causa não prejudica nem a sustentabilidade do sistema, nem a equidade do sistema público, nem a possibilidade de quem quiser descontar sobre a totalidade dos seus salários, tendo consequentemente uma pensão referente à totalidade desses mesmos rendimentos, pela regra da repartição. Nestas condições, acolher o limite opcional de 12 salários mínimos e procurar um acordo com base nele é desejável. Devem, por isso, ser feitos todos os esforços para o concretizar. Esta é uma matéria muito importante para o futuro do país. Por isso, se o acordo não se vier a revelar possível, o Governo não pode e não deve deixar de avançar e legislar, em nome do interesse nacional, de acordo com as suas propostas iniciais.

ACTUALIDADE

Guilherme d'Oliveira Martins

## QUE CONSEQUÊNCIAS?



**O**s acontecimentos de 11 de Setembro, nos Estados Unidos, vão ter consequências inevitáveis na comunidade internacional. A incerteza e o risco tornar-se-ão a regra. Devemos, por isso, tirar consequências, para que não continuemos a ser apanhados desprevenidos, pela desregulação e pela ingenuidade. Não podemos cometer erros. Não se esqueça a trágica capitulação de 1938, em Munique. Agora, o inimigo é difuso, e por isso não menos perigoso. Estão em causa a liberdade e a segurança – enquanto o ódio, a cegueira e a irracionalidade ganham terreno, onde menos se espera. Não se julgue, assim, que a definição de campos será fácil e natural. Nunca o foi, e agora será ainda mais difícil. Temos de encontrar respostas e a construção de União Europeia – o «caleidoscópio europeu» de que fala Timothy Garton Ash – não pode esquecer a solidariedade atlântica, desde que cada um assuma as suas responsabilidades, não nos limitando à mera gestão do imediato.

Como evoluirá a conjuntura económica mundial? Como se comportará a economia americana? E como evoluirá a actual incerteza sentida nos países europeus? Permitirão as

novas circunstâncias reanirm a vida económica e o investimento? Ninguém está em condições de responder imediatamente, mas podemos desde já prevenir-nos, para evitar o pior: antes de mais, devemos evitar uma leitura simplista. Precisamos, sim, como dizia F.D. Roosevelt, em 1932, de «experiências ousadas e persistentes», ou seja, de «um programa de senso comum» baseado no método da experiência, que permita ligar o espírito de risco, o rigor das finanças públicas, a coesão social e a igualdade de oportunidades. Temos, no fundo, de lançar uma política baseada nas pessoas comuns contra o espírito de crise. A União Europeia precisa de um projecto mobilizador. Só assim evitaremos os egoísmos nacionais e o perigo da fragmentação política, que, persistir, nos tornará mais vulneráveis. Uma estratégia clara de alargamento sem pôr em causa a coesão económica e social e a cooperação para o desenvolvimento, no centro e leste do continente e com África, exige-se como antídoto contra a instabilidade.

Portugal deve participar activamente nesse projecto – reforçando a determinação no sentido da convergência real com os parceiros europeus, apostando na

competitividade do nosso mercado, na qualidade e na avaliação, na justiça e na equidade e combatendo a fraude e a evasão fiscais em nome da prioridade às políticas sociais e de investimento. A recuperação será sempre lenta, para ser segura – contrariando a especulação e o imediatismo argentário. Trata-se de envolver mais os parceiros sociais e todas as forças políticas na procura de soluções que transformem os problemas em oportunidades. As novas gerações exigem um método novo, que tem de ser inovador, baseado não na ideia de Estado produtor ou de um modelo igualitarista, mas num conceito aberto e responsável de serviço público, em parcerias activas entre os sectores públicos e privado, na igualdade de oportunidades, na diferenciação positiva e na solidariedade cívica. Dir-se-á que se trata de um novo paradigma? De facto, assim, é. É tempo de o adoptar – não na lógica neoliberal, mas na perspectiva de uma consciência social que complete e enriqueça a economia de mercado (demarcando-a nitidamente da sociedade de mercado).

Devemos, por isso, cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento europeu, lendo-o com inteligência e sentido das realidades e

da conjuntura – não confundindo disciplina das finanças pública com redução cega da despesa. Do mesmo modo, deveremos insistir na eficiência justa do sistema fiscal, na competitividade da nossa economia e dos nossos agentes económicos – consolidando a iniciativa nacional e atraindo mais o investimento estrangeiro, favorecendo e incentivando o efeito de refúgio europeu, de que Portugal poderá usufruir por força da confiança e da estabilidade.

Apesar de incerteza, há razões para prever uma inversão de tendência na economia e nas bolsas europeias, e em Portugal. É tempo de agir e de assumir uma vontade reformadora, estável e séria, assente na vida das pessoas e na solução dos seus problemas e não em meros jogos políticos. O ódio, o terror, a guerra combatem-se com desenvolvimento e com vontade. É cedo para prever o que se vai passar. Mas se capitularmos pela indiferença ou pensando que os problemas não são connosco, europeus e portugueses, e se não acreditarmos em nós mesmos e nas nossas capacidades, então não conseguiremos vencer o desafio que está ao nosso alcance.

It -Visão-



## INOVAÇÃO LEGISLATIVA VIRADA PARA OS GRANDES DESAFIOS ESTRATÉGICOS

**A** Comissão de Análise e Sistematização da Legislação Laboral, criada há cerca de um ano e meio, surgiu como resultado da necessidade, há muito sentida, de uma reflexão aprofundada tendo em vista a reforma da legislação laboral. O facto de ter sido construída, de modo disperso, ao longo de várias décadas e em circunstâncias políticas diversas que vão do regime corporativo às várias fases do nosso regime democrático, passando pelo período revolucionário, fez com que, a pouco e pouco, crescesse a complexidade da moldura jurídica existente e se instalasse, particularmente em alguns domínios, uma distância entre o texto das normas e a prática quotidiana das empresas e trabalhadores que não é aceitável.

Com efeito, seja por via da natural obsolescência motivada pela antiguidade das normas, seja pela não previsão de novas realidades do mercado de trabalho entretanto surgidas, seja ainda por via da contradição e ambiguidade motivada por algumas sobreposições de sucessivas iniciativas legais dispersas, o certo é que é hoje cada vez mais consensual este diagnóstico – quer entre os especialistas nesta matéria, quer entre os próprios intervenientes no mercado de trabalho. Perante este cenário, o Governo tem agido, de forma determinada, em duas frentes articuladas para melhorar a capacidade de regulação do mundo do trabalho em Portugal: (a) através do reforço da acção inspectiva aos mais diversos níveis, para garantir que a lei que existe é efectivamente cumprida, condição *sine qua non* para a qualidade dos nossos tecidos laborais e (b) através da melhoria da legislação existente, ela própria um factor importante – senão mesmo primordial – de promoção da efectividade da lei. Nesta última frente, e em larga medida devido ao quadro que descrevi, só através de um trabalho metódico e muito reflectido, protagonizado por alguns dos mais prestigiados especialistas portugueses nestas áreas, como o são, inquestionavelmente, os que compõem esta Comissão, seria possível proceder à análise e sistematização da nossa complexa legislação laboral. Foi este o espírito e o grande desafio que esteve na origem da criação desta Comissão, cuja composição teve a preocupação de reunir peritos de competência reconhecida e uma saudável diversidade e pluralidade, de modo a tornar amplo o leque de contributos para um trabalho de fundo como este.

Ao fim de pouco mais de um ano, temos hoje nas mãos o primeiro resultado concreto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Um resultado que, não será exagero afirmá-lo, abre caminho para uma viragem de página na história da legislação laboral portuguesa. Permite-me aqui recordar que o diploma legal que constitui a referência fundamental em matéria de regulação dos contratos individuais de trabalho data de 1969. Ou seja, tem precisamente 32 anos. Os especialistas aqui presentes, todos aqueles que acompanham mais de perto as questões laborais, e penso que qualquer pessoa que viva o mundo do trabalho, todos nós, percebemos que o mundo do trabalho mudou, e mudou muito, nestas três décadas. E, se mudou muito em toda a parte, mudou muito mais no Portugal agora democrático e então corporativo.

Ora, justamente, o relatório que hoje aqui é apresentado, inclui uma proposta concreta de articulação para enquadrar legalmente o direito individual do trabalho, procedendo à sistematização de toda a legislação sobre esta

matéria, legislação essa que está dispersa pelas fontes diversas que se foram somando à Lei de 1969. Este esforço de sistematização constitui, neste sentido, um importantíssimo contributo para o direito do trabalho em Portugal e basta a este respeito dizer que, por motivos e em circunstâncias diversas, ao longo de mais de três décadas se revelou impossível fazê-lo.

Há, aliás, um ponto que merece ser destacado e que tem que ver com o amplo consenso que foi possível obter no seio da Comissão para este relatório. Numa matéria como esta, num trabalho de fundo como o que foi desenvolvido, creio ser de realçar ter sido possível garantir que a pluralidade de especialistas que constituem esta Comissão e que colaboraram na elaboração deste relatório e deste articulado se revejam nos resultados. Este dado fornece-nos uma garantia de excelência técnica e científica que deve ser valorizada e que demonstra a superior qualidade do trabalho desenvolvido.

Está, por tudo isto, de parabéns a Comissão de Análise e Sistematização da Legislação Laboral. E, em particular, o seu presidente, em cuja pessoa compreenderão que personalize o apreço e as profundas felicitações que dirijo colectivamente à Comissão pelo excelente trabalho desenvolvido e pelo resultado que hoje temos nas mãos. Imagino que não terá sido fácil para cada um dos membros da Comissão este trabalho em conjunto, mas, a experiência demonstra-o, a capacidade moderadora do presidente é sempre uma peça essencial de tão delicado trabalho colectivo. O esforço de cada um de nós e do seu presidente merece aqui ser sublinhado.

Não queria, neste sentido, deixar de fazer uma referência a todos os que integraram esta comissão e colaboraram na elaboração deste relatório. Para além do dr. António Monteiro Fernandes, presidente da comissão, participaram desde o início em todas as fases do trabalho, merecendo o meu sincero agradecimento: os drs. Alberto de Sá e Mello, Américo Cipriano Thomati, Francisco Liberal Fernandes, João António Rato, João Carlos Simões dos Reis, Joaquim Domingues Damas, Luís Brito Correia e Manuel Cavaleiro Brandão. A estes juntaram-se numa fase mais adiantada o dr. João Correia e o dr. Pedro Furtado Martins, que tiveram, como de resto é sublinhado no relatório, um papel de relevo na fase final dos trabalhos, tendo integrado a Comissão em substituição dos drs. Henrique Nascimento Rodrigues, que se viu impossibilitado de dar o seu contributo praticamente no início dos trabalhos, e do dr. Jorge Leite, que merecem também o meu agradecimento.

Este relatório e esta proposta de articulado permitem reunir condições para que entremos, a curto prazo, numa nova fase da reforma da legislação laboral susceptível de dotar o país de uma maior integração e sistematização das normas, que poderão num futuro muito próximo ser reunidas num volume bem menor de legislação. O que, de forma correlata, se traduz num mais fácil acesso às fontes do Direito.

Ora, dizer isto é, na prática, dizer que serão optimizadas as condições futuras quer para o conhecimento e efectividade da legislação, quer para a própria iniciativa para a inovação neste campo. Teremos, no futuro, uma inovação legislativa menos presa às conjunturas e aos debates centrados no passado e mais virada para os grandes desafios políticos estratégicos que o Governo assume para o mercado de trabalho em Portugal: mais competitividade para

as empresas, num quadro de diminuição das desigualdades sociais e de reformas socialmente sustentáveis para o mundo laboral.

O vir de página que já aqui referi passará não apenas pelo resultado directo desta sistematização, mas também pela capacidade de aproveitar esta oportunidade para introduzir mudanças necessárias no sentido da adaptação à modernização das relações de trabalho. Este desafio impõe-nos uma nova ponderação das matérias referentes, nomeadamente:

- à igualdade de género no trabalho;
- à protecção da maternidade e da paternidade;
- a novas normas de higiene e segurança no trabalho;
- aos contratos de trabalho especiais, incluindo nomeadamente o teletrabalho;
- à flexibilidade e ao tempo de trabalho;
- às questões da formação profissional;
- ao envolvimento dos trabalhadores e à boa fé recíproca das partes na definição das normas, condições e conteúdos do trabalho;
- à suspensão e cessação do contrato de trabalho e aos direitos das partes perante o incumprimento dos contratos;
- a uma nova relação entre o trabalho e o não trabalho, seja para efeitos de conciliação entre trabalho e vida familiar, seja para efeitos de valorização pessoal e lazer;
- a uma nova relação entre trabalho e protecção social.

A legislação laboral não é, a meu ver, o único factor que condiciona qualquer um destes desígnios, e muito menos é uma panaceia milagrosa capaz de resolver de uma só penada os problemas que hoje subsistam em qualquer um dos planos que acabo de citar. Mas é em todo o caso um instrumento importante que deve contribuir para aumentar a qualidade das relações económicas e sociais, quer para os trabalhadores quer para as empresas.

No que toca ao futuro próximo e aos passos seguintes que tomaremos a partir de hoje, quero deixar claro que estamos perante um valioso relatório que, sendo em si um ponto de chegada muito importante, constitui acima de tudo um excelente ponto de partida para a discussão pública que lançaremos de imediato. Como tem sido timbre da política do Governo, e em particular do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, vamos dar voz àqueles que têm legitimamente uma palavra a dizer sobre estas matérias.

Este relatório será de imediato enviado aos parceiros sociais com representação na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS). Solicitarei, também, ao presidente da Comissão que apresente ele próprio o resultado do imenso trabalho que coordenou na próxima reunião da CPCS, para a qual contamos já com a disponibilidade dos parceiros sociais para que ocorra até final do mês de Setembro. Nessa reunião, o Governo deseja, além disso, discutir com os parceiros sociais como poderá o debate sobre esta proposta com os parceiros sociais ser organizado; e qual as implicações que ela deve ter sobre as actuais negociações em curso em sede de concertação social.

O relatório da Comissão será também enviado às comunidades académicas para que também elas tenham a oportunidade de contribuir também para este processo. O presente relatório está também, a partir de agora, disponível a toda a comunicação social para que seja promovido no espaço público mediático o debate em torno destas questões.

Do mesmo modo, e numa prática de abertura, transparência e participação, que deve ser cada vez mais generalizada numa administração pública moderna e orientada para os cidadãos, será disponibilizada na internet, na homepage do Ministério do Trabalho e da Solidariedade ([www.mts.gov.pt](http://www.mts.gov.pt)) uma versão integral do relatório da Comissão. Deste modo, todos os cidadãos que quiserem dar o seu contributo para a regulamentação do direito individual do trabalho poderão fazê-lo ao longo dos 60 dias que durará o debate público.

Creio, deste modo, que estão assim reunidas as condições para enriquecer este excelente relatório com os contributos de todos, cruzando o trabalho dos especialistas com as visões dos actores sociais que protagonizam o nosso mercado de trabalho. O objectivo é chegar, no fim deste processo, a um verdadeiro espelho daquilo que a sociedade portuguesa, desejavelmente num consenso possível, quer para si própria em matéria de regulamentação do direito individual do trabalho. Findos estes 60 dias, o Governo pedirá a Comissão que pondere a integração nos seus trabalhos dos contributos recebidos, tendo em vista o seu relatório final.

O objectivo é que no final dos trabalhos da Comissão tenhamos, para além de um relatório relativo ao direito individual do trabalho, já incluindo a síntese dos contributos recebidos, um documento semelhante relativo ao direito colectivo do trabalho, a respeito do qual espero que a Comissão reedite o trabalho que desenvolveu sobre a matéria de que hoje tratamos. Com efeito, a legislação sobre as relações colectivas de trabalho carece de um trabalho de sistematização semelhante ao que foi já desenvolvido para o direito individual do trabalho e é essa a direcção prioritária para que os trabalhos da Comissão serão orientados.

Endereço, por isso, à Comissão, votos para que os trabalhos da Comissão prossigam neste sentido. O objectivo é que tenhamos já nos primeiros meses do próximo ano este trabalho completo, um trabalho que deixará as suas marcas nos livros de trabalho mas sobretudo no mundo do trabalho em Portugal. E que estará finalizado quando tivermos uma proposta de regulamentação do direito individual do trabalho e uma proposta de regulamentação do direito colectivo do trabalho, que compreende, como se sabe, legislação sobre a associação de trabalhadores e empregadores, instrumentos de regulamentação colectiva e direito da greve. Qualquer uma das propostas incorporará já, na sua versão final, as propostas emanadas do respectivo processo de discussão pública, que o Governo promoverá, no primeiro caso, já ao longo dos próximos dois meses.

O fim último de todo este trabalho é avançar com a celeridade possível para um processo de inovação legislativa nestas matérias tão fundamentais, momento que constituirá fase subsequente de todo este processo. Naturalmente, a Comissão terá também um importante contributo a dar para a inovação nestas matérias, elaborando as sugestões de inovação que tiver por apropriadas na base da nova visão integrada que o seu trabalho permite e que constitui uma pré-condição essencial para a nova fase da reforma da legislação laboral que estamos a levar a cabo.

\*Intervenção do ministro do Trabalho e da Solidariedade, na sessão pública de apresentação do relatório da comissão de análise e sistematização da legislação laboral, em Lisboa, no dia 6 de Setembro



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Exposições em Abrantes**

«Engenhos Sonoros» é o título de uma exposição patente ao público, até ao dia 31, na Biblioteca Municipal António Botto. Paralelamente, decorre, no mesmo local, uma mostra de fotografia do abrantino João Paulo Neto Gomes, intitulada «Concertos no Papel», e que aguarda pela sua visita até ao fim deste mês.

**Porcelana em Albufeira**

As pinturas em porcelana de Maria Afonso Maia poderão ser apreciadas diariamente (exceto aos domingos e feriados), a partir de hoje e até 30 de Outubro, das 10 e 30 às 17 horas, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

A terceira eliminatória do V Concurso do Fado Amador «Cidade de Albufeira» acontece sábado, dia 6, às 21 e 30, no Auditório Municipal.

**Jazz em Coimbra**

No âmbito do programa comemorativo do Dia da Música, poderá assistir hoje, a partir das 21 e 45, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), a um recital de André Gago e Nicholas McNair.

Arranca, no próximo dia 10, no TAGV, às 21 e 45, o «Jazz – Ciclo de Quartas», com a actuação de The Fringe (George Garzone, Bob Gullotti e John Lockwood). O ciclo prolonga-se até ao dia 21 de Novembro.

**Fado em Fafe**

O programa comemorativo do 91º aniversário da Proclamação da República inclui, hoje, às 17 e 30, a abertura da mostra «Os Passos de Camilo», na Casa Municipal da Cultura.

Pelas 21 e 30, realiza-se um espectáculo com a fadista Marisa, no estúdio Fénix. Ambas as iniciativas integram-se na abertura do programa «Máscara 2001», uma festa da cultura promovida pelo Inatel e apoiada pela autarquia local, que se prolonga até ao dia 20, com espectáculos de música e teatro, recitais de poesia e *workshops*.

**Teatro em Guimarães**

O Festival de Teatro de Vale do Ave prossegue esta semana com a peça «A Bruxa, a Fada e Eu», uma obra assinada por Joaquim Santos Simões e levada à cena, amanhã, pelas 15 e 30, no auditório da Universidade do Minho, pelo Grupo Informal de Jovens Citânia.

Também amanhã, sexta-feira, dia 5, será altura de ver o Grupo de Teatro CCD Coelima representar «Mar», de Miguel Torga, no mesmo palco, a partir das 22 horas.

No sábado, às 22 horas, o auditório acolhe a peça «Nau Catrineta», de José Teixeira, num espectáculo apresentado pelo Grupo de Teatro do Centro S.R.C. de Campelos.

**Pintura em Lisboa**

«Outras Nuvens» é a exposição que poderá apreciar, até à terça-feira, dia 9, na Galeria Pedro Sem. Teresa Dias Coelho assina uma das obras mais originais e fecundas da pintura portuguesa contemporânea.

**Livros no Montijo**

No âmbito da I Semana Cultural, realiza-se o lançamento do «Livro do Brinquedo», do Grupo de Trabalho Comunitária Educativa do Ribatejo – Séculos XIII a XV», de Francisco José Correia, respectivamente, hoje, às 18 e 30, e domingo, dia 7, pelas 17 horas, no Parque de Exposições.

**Filme em Paredes de Coura**

«15 Minutos» é o título da película da autoria de John Herzfeld que poderá ver, durante o fim-de-semana (dia 6 às 21 e 30 e dia 7 às 15 horas ou pelas 21 e 30), nas salas de espectáculos da cidade.

**Fotos em Portimão**

A exposição dos trabalhos vencedores da I Corrida Fotográfica de Portimão e a da mostra de «Portimão – O Tempo das Fábricas» decorrem, até ao dia 21, no Museu Municipal, de segunda a sexta-feira, das 10 horas às 12 e 30, e das 14 e 30 até pelas 19 horas. Ao sábado, o museu encontra-se aberto ao público entre as 15 e as 18 horas.

**Arte no Porto**

A Galeria Fernando Santos acolhe, até ao dia 15 de Novembro, uma exposição da obra recente do artista Costa Pinheiro. A mostra inclui 22 telas da série inédita «Navegadores», acompanhada pelos estudos a tinta da china que as precederam. Esta exibição de pintura poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 10 horas às 12 e 30, e das 15 horas até pelas 19 e 30. Aos sábados a mostra estará acessível entre as 15 horas e as 19 e 30.

**Homenagem em Santo Tirso**

A Biblioteca Municipal, no seu programa de actividades para este mês, inclui a homenagem a José Régio, através de uma exposição intitulada «José Régio e os mundos em que viveu». Aliando-se, desta forma, às comemorações do centenário do nascimento do escritor de Vila do Conde, a instituição possibilita, até ao dia 27, uma viagem pela biografia e bibliografia do autor, animada por 16 enormes painéis. Ainda para Outubro, a Biblioteca propõe-lhe que assista à exibição do filme «Loucuras no Espaço» (dia 9, às 15 horas, e dia 23, às 10 e 30).

**Serenata em Torres Vedras**

A Câmara Municipal e o Centro de Estudos Toreenses promovem, hoje, às 22 horas, no Convento da Graça, a «Serenata Monumental Comemorativa do 5 de Outubro», um evento em que participam Carlos Carranca, Luiz Goes e Mário Soares da Veiga.

SUGESTÃO

**MÚSICA ANTIGA**

A medieval vila de Óbidos acolhe, até ao dia 11, o XIX Festival de Música Antiga.

Hoje, o certame integra o virtuoso alauídista Edin Karamazov que, a solo, interpretará composições de Romano, Weiss, Bach e Britten.

O Ensemble Barroque de Limoges, composto por Maria Tecia Andreotti (flauta), Gilles Colliard (violinos), Pierre Frank (viola), Ingrid Lormand (viola), Christophe Coin (violoncelo), Pidoux (violoncelo) e David Sinclair (Contrabaixo), dirigido por Christophe Coin, actuará, no dia 7, e recriará obras de Boccherini e Mozart. Segunda-feira, dia 8, será a vez de ouvir a orquestra Capela Real na sua interpretação das peças de Carlos Seixas, Francisco António Almeida, Pedro António Avondano, José Palomino e Jerónimo Francisco de Lima.

Os solos e duetos italianos e ibéricos dos séculos XVI e XVII da autoria de Dalza, Milano, Milán, Escobar, Narváez, Valderrábano, Cabezón, Morales e Piccinini encerrarão na próxima quinta-feira, dia 11, o festival, interpretados por Toyohiko Satoh e Manuel Morais, ambos em alaúde e viola de seis ordens.

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**Incompatibilidade**

as comissões eleitorais da oposição começavam todas por C a comissão eleitoral governamental começava por U não era possível a fusão por uma questão de decência fundamental e correcção de linguagem

**Luís Valle**  
In «Poesia»

**Circo de Madeira**  
Espectáculo circense de marionetas  
KARROMATO / Espanha  
Paula Srcova  
Paz Tatay  
Luís Montoto  
Dia 4 – 11h00  
Dia 5 – 15h30  
Dias 6 e 7  
11h30 e 15h30  
Sala de Ensaio do Centro de Pedagogia e Animação  
CENTRO CULTURAL DE BELÉM



## INSTABILIDADE ECONÓMICA E DIFICULDADES DAS PREVISÕES

**1.** Perante a actual situação da economia mundial, divulgam-se cenários e previsões bastante diferenciadas. As do Fundo Monetário Internacional, bastante pessimistas, com um crescimento económico reduzido em 2002 para Portugal e outros países. As Grandes Opções do Plano, na versão apresentada ao Conselho Económico e Social, correspondem a um trabalho terminado em 10 de Setembro. O presidente do Bundesbank (Banco Central alemão) apresenta cenários quase contraditórios, em função de factores económicos de previsibilidade difícil. Os consultores financeiros internacionais, tal como os empresários portugueses e muitos comentadores espanhóis e de outros países europeus, não têm perspectivas homogéneas quanto ao futuro próximo, para 2002 e 2003.

**2.** O clima financeiro internacional é extremamente volátil. O ambiente económico exprime alguma instabilidade. A perspectiva

de desenvolvimento de acções militares no Afeganistão mais contribui para a manutenção dessa dificuldade em traçar previsões com um grau de credibilidade elevada. Em qualquer caso, as datas de retoma económica, nas principais regiões económicas do Globo, são mais optimistas para a União Europeia do que para os Estados Unidos e obviamente para o Japão.

**3.** Não nos podemos esquecer que as deficiências da política económica de George W. Bush vêm desde antes das próprias eleições. O modelo seguido não era consistente com a realidade norteamericana e mundial e é necessária uma inflexão da política financeira, fiscal e económica para que se verifique uma retoma relativamente rápida nos Estados Unidos. Sem essa retoma, a Alemanha e as economias do centro-oeste da Europa continuarão a sofrer da perspectiva da redução de algumas exportações, o que influencia também o comportamento das economias geograficamente periféricas da

Europa, como a portuguesa.

**4.** Os condicionamentos externos, em suma a envolvente económica, influenciam brutalmente uma economia como a nossa. Por isso, cada vez mais é necessário um fortíssimo rigor no controlo do custos das Administrações Públicas, a par da necessidade de concretizar um eficaz investimento reprodutivo, devendo-se garantir, como linha decisiva, a consolidação de uma forte e consciente política de solidariedade e segurança social.

**5.** O recuo político de algumas oposições, que não ajudam a criar condições de maior estabilidade política mas temem vir a aceder ao poder nas actuais circunstâncias radica na histórica incapacidade política da direita liberal-conservadora portuguesa em confrontar-se com situações e conjunturas difíceis, cuja superação prefere deixar aos socialistas. Sejamos dignos das nossas responsabilidades perante o eleitorado e toda a população portuguesa.


«Tributação das mais-valias é sagrada»  
**Guilherme d'Oliveira Martins**  
Público, 27 de Setembro

«O terrorismo é uma ameaça à vida e à civilização. Tem de ser combatido. Pelas armas. Mas também pela política. Porque só a construção de uma ordem internacional mais justa pode eliminar as raízes da insegurança e do terror»  
**Manuel Alegre**  
Expresso, 29 de Setembro

«Os próximos tempos vão ser prova de fogo decisiva para avaliar a solidez da UE»  
**Mário Soares**  
Ibidem

«A fiscalidade não é só uma máquina frustrante para atingir a igualdade: é, na situação actual, geradora de desigualdades»  
**Jorge Sampaio**  
Público, 27 de Setembro

«Há uma efectiva sensação de uma gigantesca injustiça e evasão fiscais – embora haja agora mais combate à evasão e eu espero que esse combate aumente, inclusive criando-se procedimentos administrativos mais rápidos e flexíveis para o conseguir»  
**Idem, Ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

|         |                 |
|---------|-----------------|
| Cheque  | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses        |
| Valor   | € / \$00        |

Nome \_\_\_\_\_


Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 2 NÚMEROS | 12 MESES 4 NÚMEROS |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Continente        | 2,5 €/\$500\$     | 4 €/\$800\$        |
| Regiões Autónomas | 3,5 €/\$700\$     | 6 €/\$1.200\$      |
| Macau             | 6,5 €/\$1.300\$   | 12 €/\$2.400\$     |
| Europa            | 7,5 €/\$1.500\$   | 14,5 €/\$2.900\$   |
| Resto do Mundo    | 11,5 €/\$2.300\$  | 22 €/\$4.400\$     |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

|         |                 |
|---------|-----------------|
| Cheque  | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses        |
| Valor   | € / \$00        |

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 26 NÚMEROS | 12 MESES 52 NÚMEROS |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| Continente        | 8,3 €/\$1.650\$    | 16,5 €/\$3.250\$    |
| Regiões Autónomas | 12 €/\$2.400\$     | 23 €/\$4.600\$      |
| Macau             | 23 €/\$4.600\$     | 45,5 €/\$9.100\$    |
| Europa            | 27,5 €/\$5.500\$   | 54 €/\$10.800\$     |
| Resto do Mundo    | 42,5 €/\$8.500\$   | 83 €/\$16.600\$     |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**António José Seguro**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

